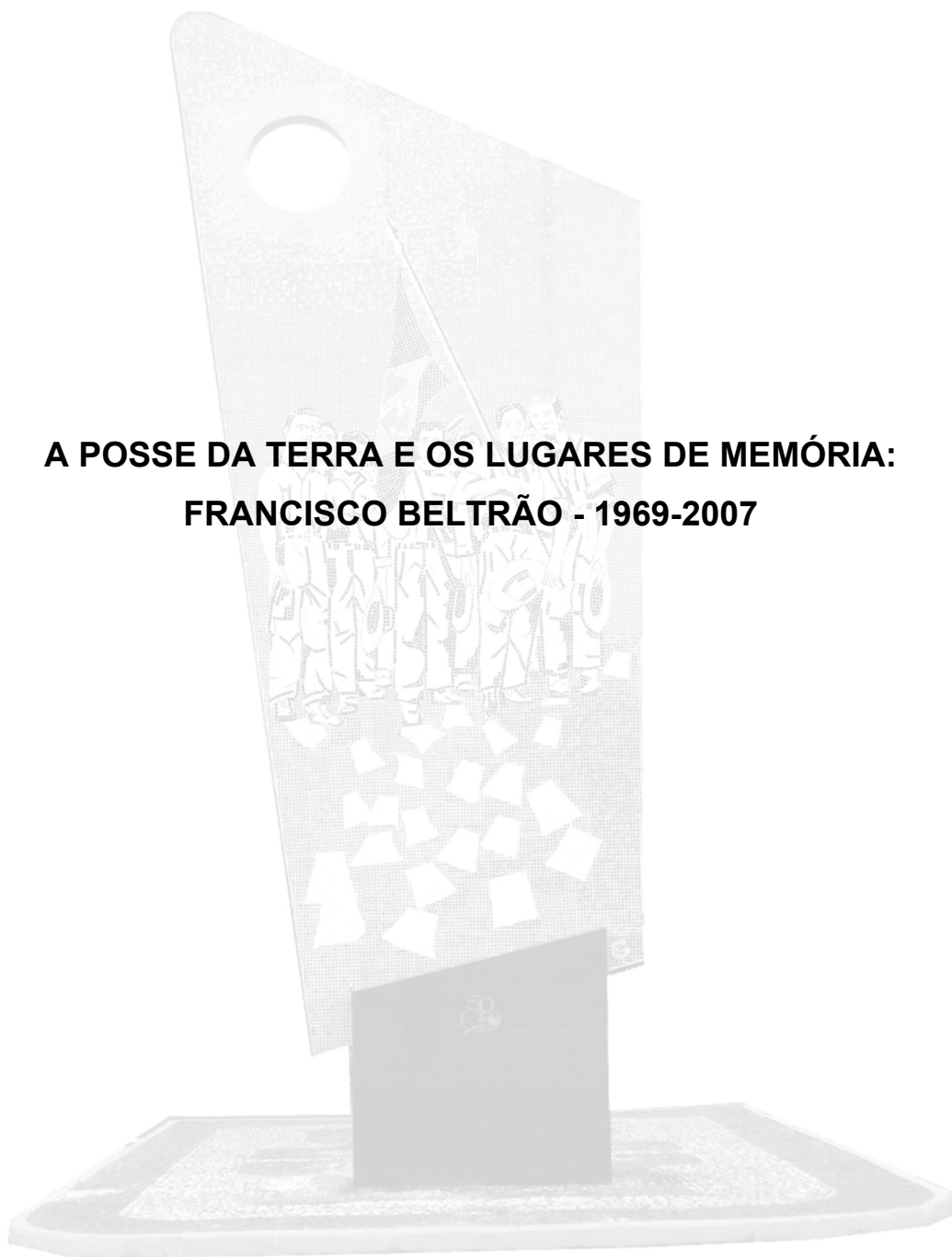


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANITA IZABEL DE MELLO DA SILVA

**A POSSE DA TERRA E OS LUGARES DE MEMÓRIA:
FRANCISCO BELTRÃO - 1969-2007**



CURITIBA

2010

ANITA IZABEL DE MELLO DA SILVA

**A POSSE DA TERRA E OS LUGARES DE MEMÓRIA:
FRANCISCO BELTRÃO - 1969-2007**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

**Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Judite Maria Barboza Trindade**

CURITIBA

2010

TERMO DE APROVAÇÃO

ANITA IZABEL DE MELLO DA SILVA

A POSSE DA TERRA E OS LUGARES DE MEMÓRIA:
FRANCISCO BELTRÃO - 1969-2007

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Judite Maria Barboza Trindade
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Curitiba, de _____ de 2010.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho. Sobretudo:

À UNIPAR e a UFPR que promoveram este Curso de Pós-Graduação, Mestrado em História.

Aos familiares, pela paciência, força e amor.

Aos amigos, com o apoio e estímulo.

Aos colegas do Mestrado, pela convivência e confiança.

Aos mestres, que repartiram conosco seus conhecimentos, em especial, à minha orientadora, Professora Dr.^a Judite Maria Barboza Trindade.

O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.

Jacques le Goff

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo três monumentos históricos da cidade de Francisco Beltrão, construídos entre os anos de 1969 e 2007. São eles: o Obelisco; o monumento em homenagem ao GETSOP e o monumento que marca o cinquentenário da *Revolta dos Posseiros*, situados na Praça Dr. Eduardo Virmond Suplicy, e no seu entorno. O objetivo deste trabalho é iniciar um debate sobre os monumentos na consolidação da sociedade beltronense produzindo uma abordagem sobre a história, a memória local e suas representações. A memória histórica de Francisco Beltrão se manifesta através da construção de monumentos que se referem à história da ocupação, da luta pela conquista da terra no sudoeste e, evidentemente, à posse, o fator que desencadeou a Revolta de 1957. Buscamos interpretar qual a relação e nexos destas construções com a história local e regional. Ao tomarmos os monumentos como lugares de memória, elaboramos uma discussão sobre os usos dos monumentos como documentos na pesquisa histórica.

Palavras-chave: Monumentos. Lugares de Memória. Representações. Posse da terra. Revolta dos Posseiros.

ABSTRACT

This thesis has as object of study three historical monuments, built between the years of 1969 and 2007, in Francisco Beltrão. They are: the Obelisk; the monument in homage to the GETSOP and the monument that marks the fiftieth years of the Revolt of the Leaseholders, situated around the plaza Dr. Eduardo Virmond Suplicy. This work's objective is starting a discussion about the role of these monuments in the consolidation of beltronense's society, producing an approach about the history and local memory representations. The historical memory in Francisco Beltrão manifested through the construction of monuments that refers to the occupation's history, the fights' history by the conquest of the land in the southwest and, evidently, to the possession, the factor that triggered the Revolt of 1957. We are going to interpret relations and connections of these constructions with the regional and local history. Taking the monuments as places of memory, we elaborate analysis about the uses of the monuments like documents in the historical research.

Keywords: Monument. Places of Memory. Representations. Land tenure. Revolt of Squatters.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 -	ÁREA EM LITÍGIO: GLEBA MISSÕES E CHOPIM.....	19
MAPA 2 -	MAPA DO PARANÁ: REGIÃO SUDOESTE.....	31
FOTO 1 -	DERRUBADA DO OBELISCO, 10 OUT. 1957.....	60
FOTO 2 -	OBELISCO INAUGURADO EM 1969.....	76
FIGURA 1 -	CHARGE REFERENTE AO OBELISCO 1969.....	79
FOTO 3 -	MONUMENTO AO GETSOP - FACE 01.....	81
FOTO 4 -	MONUMENTO AO GETSOP- FACE 2.....	83
FOTO 5 -	PLACA INFORMATIVA.....	84
FOTO 6 -	MONUMENTO "REVOLTA DOS POSSEIROS - 50 ANOS".....	86
FOTO 7 -	PLACA QUE COMPÕE A BASE DO MONUMENTO.....	89
FOTO 8 -	MONUMENTO "REVOLTA DOS POSSEIROS – 50 ANOS". FACE 02.....	90

LISTA DE SIGLAS

- CANGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório
- CEFSPRG - Companhia Estrada de Ferro São Paulo a Rio Grande
- CITLA - Clevelândia Industrial, Territorial Limitada.
- GETSOP - Grupo Executivo Para as Terras do Sudoeste do Paraná
- PSD - Partido Social Democrático
- PTB - Partido trabalhista Brasileiro
- UDN - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 FRANCISCO BELTRÃO: UM ESPAÇO DE CONFLITO	18
1.1 HISTÓRICO DE FRANCISCO BELTRÃO	25
1.2 UM CONFLITO EM FOCO	35
2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO: MEMÓRIA E MONUMENTOS	49
2.1 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA.....	51
2.2 MONUMENTO E MONUMENTOS INTENCIONAIS	59
3 OS MONUMENTOS DE FRANCISCO BELTRÃO: FONTES PARA A HISTÓRIA	71
3.1 O OBELISCO.....	76
3.2 MONUMENTO AO GETSOP	81
3.3 REVOLTA DOS POSSEIROS: 50 ANOS	85
CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS	96
ANEXO 1 - FOTOS	104
ANEXO 2 - PRAÇA DR. EDUARDO VIRMOND SUPLICY	113

INTRODUÇÃO

A moderna historiografia, sobretudo com o advento da Nova História, que tem sua origem com os *Annales*, incorporou novos objetos e novos temas e, esta tendência abriu caminhos que viabilizaram ao historiador uma observação mais particular e regional do seu objeto. Multiplicaram-se temáticas e fontes e a história se propôs à diversificação na busca de respostas com outros olhares, e a possibilidade de problematizar a história e seus conceitos cotidianos. Em decorrência disso, criou-se uma nova perspectiva na maneira de explorar o passado, não por ele próprio, mas, para que possamos entender a nossa realidade, compreendendo o que somos; como somos e porque somos assim; e mostrar como o presente se relaciona com o passado e que a história se faz no cotidiano dos indivíduos e nas sociedades por eles constituídas.

Esta pesquisa tem como tema três monumentos de Francisco Beltrão relacionados à questão da terra e de sua posse, com o foco de análise dirigido para o espaço e a sociedade em que o objeto da pesquisa está inserido: a cidade de Francisco Beltrão no sudoeste do Paraná. Os monumentos foram instalados no período de 1969 a 2007. São eles: o Obelisco aos Pioneiros – primeiro mandato de governo municipal de Antônio de Paiva Cantelmo (1966-1969). Monumento ao GETSOP – Gestão do prefeito Deni Lineu Schwartz (1969-1973) e monumento marco do Cinquentenário da Revolta dos Posseiros de 1957, no segundo mandato de Vilmar Cordasso (2005-2008). O trabalho teve como motivação inicial a observação do número de monumentos que a praça central da cidade de Francisco Beltrão, Praça Eduardo Wirmond Suplicy, abriga: seis monumentos. Como moradora do seu entorno, este espaço foi e é para mim, repetidamente, um trajeto diário. Apreciadora destes símbolos, me senti estimulada a entender para além da estética, e buscar de maneira mais criteriosa, através da pesquisa historiográfica, entender suas presenças e os significados verbais e não verbais. Desta forma nasceu a inspiração para desenvolver esta dissertação. O primeiro passo foi selecionar os monumentos categorizados a partir da sua relação com a posse da terra acima citados.

As leituras e análises sobre este tema induzem-nos a produzir inferências a respeito do estudo feito a partir do olhar sobre os três monumentos de Francisco Beltrão, assim como responder a problemática, qual seja interpretar as representações e os valores implícitos na construção dos monumentos selecionados, nos respectivos

contextos históricos. Com base na historiografia faremos uma breve retrospectiva na história da cidade e da região buscando também nexos da relação destas construções com a história regional.

A luta pela posse da terra foi a base da colonização no Sudoeste do Paraná e sua história não ocorreu pacificamente. Na historiografia da região, estão inscritos os embates travados nessas terras em diferentes períodos da história nacional e regional. Hermógenes Lazier, historiador e pesquisador que dedicou grande parte de seus estudos ao Paraná e sudoeste do estado, registrou:

Sendo o Sudoeste do Paraná uma região fértil e rica, foi muito disputada, causando conflitos jurídicos, políticos e sociais. A Argentina e o Brasil disputaram esta região. Os estados do Paraná e Santa Catarina também [...] Os conflitos pela posse das terras da região envolveram também a CIA. de Estradas de Ferro São Paulo - Rio Grande, a CITLA, o Governo Federal, o Governo do Paraná e, principalmente os posseiros.¹

O recorte histórico regional se justifica, pois é em sua particularidade que ocorrem os embates simbólicos em que todos os agentes estão envolvidos, e o que está em jogo é a conservação ou a transformação de relações de forças. Porém, trabalhar com um recorte regional é complexo, pois implica em desconstruir imagens, valores e o reconhecimento da diversidade.

Faz-se necessário lembrar que já habitavam estas terras do sudoeste paranaense, desde o final do século XIX, indígenas, caboclos e também argentinos interessados na riqueza natural – erva-mate e madeira, além de refugiados maragatos que buscavam sossego; desempregados sem terra da Ferrovia São Paulo – Rio Grande e, mais tarde, derrotados da Guerra do Contestado². Pessoas que passaram por experiências de dificuldade quanto às suas sobrevivências, trouxeram-nas enraizadas consigo para estas terras. Determinação e coragem que podem ter se manifestado nos seus

¹ LAZIER, Hermógenes. **Sudoeste do Paraná**: região jovem, mas rica de acontecimentos. 2.ed. Francisco Beltrão: Assesoar, s/d. (Coleção Cadernos do Paraná n.º 1). (Fotos cedidas pelo Jornal de Beltrão, 1991, p.6).

² Denominação dada ao revolucionário ou partidário da revolução rio-grandense de 1893, adepto do credo político pregado por Gaspar da Silveira Martins e adversário do partido então dominante, chefiado por Júlio Prates de Castilhos (Disponível em: <<http://www.paginadogauch.com.br/hist/cm.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2009).

descendentes na forma que estes sentimentos estiveram evidentes nos sujeitos sublevados da conhecida Revolta dos Posseiros de 1957.³

Historiadores e sociólogos como Gomes, Lazier, Colnaghi, entre outros, expressam em suas obras que foi com a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), em 1943, por Getúlio Vargas, que o povoamento da região do Sudoeste do Paraná se efetivou. Através do Decreto n.º 12.417, de 12 de maio de 1943, que estabeleceu a criação da colônia e a demarcação das terras.

São dados que as pesquisas de Wachowicz também corroboram, porém, apresentando ressalvas, uma vez que a instalação da CANGO se deu em terras que estavam em questão nos tribunais entre os governos federal e estadual e registra:

[...] em 1943 o ditador Getúlio Vargas criou dentro da gleba Missões, uma colônia agrícola. Era a CANGO, a criação desta colônia foi ilegal, pois nem uma das duas partes poderia usar essa terra antes do pronunciamento da justiça. A sede dessa colônia transformou-se mais tarde na cidade de Francisco Beltrão.⁴

Assim como outros historiadores anteriormente citados, este autor concorda que a CANGO teve uma importância decisiva na consolidação da ocupação e colonização do Sudoeste do Paraná. Instalada temporariamente em Pato Branco para abrir estradas e tirar a Vila Marrecas e região do isolamento físico e econômico em relação a centros mais desenvolvidos do estado.⁵ A Companhia apresentou todas as condições necessárias para fixar os colonos que foram atraídos pelas estratégias criadas pelo Governo Vargas na implementação do processo de expansão da fronteira agrícola. Entre as ações realizadas pela CANGO pode-se citar: distribuição da terra; madeira para construção de casas; ferramentas; sementes; assistência médica e odontológica e, ainda, o transporte da produção para ser comercializada em centros maiores.

³ DAMBROS, Vanderlei (Org.). **1957- 1997, a revolta dos colonos**: de olho no passado e pés no futuro - 40 anos. Francisco Beltrão: Grafit, 1997. p.16-17.

⁴ WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p.219-220.

⁵ Marrecas, foi o nome da vila que se formou próxima ao rio Marrecas, que mais tarde originou a cidade de Francisco Beltrão.

Apesar das várias fontes e bibliografia consultadas, formarem um uníssono da importância desta colônia agrícola para o desenvolvimento e efetivo povoamento da região, não encontramos referências do acompanhamento de execução dessas metas. No entanto, é válido lembrar os relatos contidos na obra de Rubens S. Martins "Entre Jagunços e Posseiros"⁶.

O povoamento do Sudoeste paranaense intensificou-se na terceira *área histórico-cultural*, assim denominada por Wachowicz. Segundo este historiador o Paraná desenvolveu seu povoamento em três *áreas culturais*: a primeira, no século XVII, marcada pela descoberta das primeiras jazidas auríferas na região litorânea e no planalto de Curitiba, desencadeando todo o processo de ocupação do espaço paranaense que passou por diferentes atividades socioeconômicas e relações sociais caracterizadas pela presença do tropeiro e do latifúndio. A segunda corresponde ao povoamento do norte do estado, envolvendo a cultura do café e do algodão. Por fim, a terceira, em meados da década de 1950, quando uma nova frente pioneira adentrou o território paranaense – a denominada "frente sulista" – e ocupou a maior parte do sudoeste e do oeste paranaense. Este autor aponta que ainda que tenha sido em menor proporção que o povoamento ocorrido no norte paranaense, os migrantes desta frente de colonização fundaram núcleos e neles se situaram, dando origem às cidades, entre elas Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Santo Antônio do Sudoeste, Medianeira e Marechal Cândido Rondon.

Nestas terras férteis, com valiosa reserva florestal nativa, porém litigiosas, migrantes, descendentes ítalo – germânicos, grande parte oriunda dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, se tornaram posseiros. Esses pioneiros aliados à população, que já vivia nesta região, vivenciaram confrontos com companhias de terra que se instalaram posteriormente (1951-1957). Estas companhias tinham como objetivos comercializar e obter lucros, o que gerou muitos conflitos que culminaram no levante agrário conhecido como "A Revolta de 1957", na qual posseiros e seus aliados – radialistas, profissionais liberais, comerciantes, entre outros, - expulsaram as companhias e foram vitoriosos.

⁶ Médico convidado pelo então administrador da CANGO, Dr. Eduardo Virmond Suplicy, aqui chegando em 1949 (MARTINS, Rubens da Silva. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba, 1986).

No final da década de 1960, Francisco Beltrão, assim como a região sudoeste do Paraná, vivia uma etapa de conquista efetiva da terra, resultado da ação desenvolvida pelo Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), que fora criado em 1962, pelo presidente João Goulart, através do Decreto n.º 51.431.

O GETSOP ajudou de todas as formas o Sudoeste do Paraná. Os dados publicados, extraídos do "Relatório Final das Atividades do GETSOP", revelam a verdadeira reforma agrária efetuada no Sudoeste do Paraná, na gleba Missões e parte da Gleba Chopim.⁷

Os monumentos, objeto essencial de nossa análise, estão inseridos neste contexto aqui esboçado e que será retomado ao longo da dissertação.

Feitas estas observações relativas à origem do município de Francisco Beltrão, convém lembrar que não é o aprofundamento nas questões fundiárias, mas sim, os reflexos da relação com a terra durante a colonização e o desenvolvimento da população que constitui a sociedade de Francisco Beltrão e suas representações nos monumentos nela erigidos.

A história pode ser reescrita, valorizando o tempo presente através dos monumentos. A história e a memória valorizam o tempo presente a partir de um símbolo do passado, dando a ele significado. Assim, aproxima-se o presente e o passado através dos "lugares" de memória. Eles se tornam reapropriação coletiva, sem desvincular-se do presente. Como aponta Camargo, é o presente que coloca indagações no passado, dessa forma a história funciona como um instrumento para se viver mais conscientemente o presente.⁸

A partir da análise da sociedade onde estes monumentos, artefatos de memória, foram construídos, far-se-á a interpretação dos valores e representações simbólicas impregnados nestas construções e como repercutem na sociedade atual.

Não se tem a pretensão, e sabe-se impossível, de dizer "tudo" sobre a sociedade que os construiu, entretanto, tem-se o compromisso de interpretar o objeto de estudo no processo histórico no qual está inserido. Compartilhando da ideia de formar o constructo histórico a partir do resultado da análise dos indivíduos, suas ações sim,

⁷ LAZIER, Hermógenes. **Paraná: terra de todas as gentes e de muita história.** Francisco Beltrão: Grafit, 2003. p.153.

⁸ CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural.** São Paulo: Aleph, 2002. p.29.

mas também, sua sensibilidade e mentalidade na sociedade e no tempo investigados, como pensou Bloch, no seu ofício de historiador.⁹

Busca-se compreender o papel dos monumentos na formação e organização de uma memória oficial que se quer tornar hegemônica. Assim, tomamos os monumentos como parte da pesquisa, como sinais, vestígios. Discutimos a aproximação, utilização dos "lugares de memória" com as estratégias de poder em torno dessas construções emblemáticas.

Os monumentos compõem o patrimônio cultural de um povo, que pode ser classificado em três grandes grupos de elementos: O primeiro – os naturais, pertencentes ao meio ambiente; o segundo – os do conhecimento, que compreendem toda a capacidade de sobrevivência do ser humano no meio ambiente que ocupa; e, um terceiro grupo, o dos artefatos, no qual estão incluídos os monumentos.¹⁰

Evidentemente as representações impressas nas obras arquitetônicas, os monumentos que integram o patrimônio cultural de um povo trazem uma significativa contribuição ao conhecimento histórico e à apreciação crítica no âmbito da ocupação de um território, tornando possível entender o papel das elites políticas e relações sociais estabelecidas em determinada sociedade.

É esta a preocupação desta pesquisa no seu primeiro capítulo: entender e conhecer a sociedade que se estabeleceu com a emancipação do município de Francisco Beltrão. Destacando o período que vai de 1969 a 2007, momentos em que os monumentos, objetos de estudo, foram inseridos no espaço público da cidade de Francisco Beltrão. Escrever sobre a sociedade em que se localizam os objetos, requer uma imersão na história do sudoeste e do estado paranaense, contextualizando-a, certamente, na história do país.

É fundamental neste trabalho, num diálogo entre presente e passado, elucidar o questionamento proposto o qual seja: por que estes monumentos foram erigidos? Para quem? Quais memórias querem ser perpetuadas? Quais os valores e representações que estes espaços de memória guardam para a sociedade beltronense?

⁹ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.20.

¹⁰ LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.8-10.

O sudoeste e demais regiões do Paraná estiveram atrelados a um modelo econômico fortemente centralizado no nível federal que repercutiu fortemente na política, na cultura e nos sujeitos que vivenciaram tais períodos, e só sofreriam modificações no final do século XX com a maior autonomia dos estados e municípios. Paraná e sudoeste se desenvolveram beneficiando-se desse modelo econômico.

A historiografia sobre este tema produz inferências a respeito da importância de um estudo feito a partir do olhar sobre os monumentos. Estes são símbolos que, ao registrarem em suas formas e representações a memória de um determinado grupo, tornam-se "lugares de memória" e passam a ser elos fundamentais entre memória e história. Assim, memória, história e identidade simbólica assumem novos sentidos e podem tornar-se instrumentos de manipulação dos grupos dominantes por desenvolver um sentimento de pertencimento na população.

No entanto, "a memória, na qual cresce a história, que, por sua vez, a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Deve-se trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens"¹¹. Para tanto é necessária a valorização das memórias individuais e, conseqüentemente, dos lugares de memória.

Por ser de povoamento relativamente novo, a região sudoeste do Paraná dispõe de temas interessantes, não ligados à luta do homem pela posse da terra, a serem desvendados pela história. Mas, é uma história contada através dos marcos (monumentos) quase invisíveis ao olhar da população. É mister, portanto, valorizá-los, compreendê-los e preservá-los não só materialmente, como também através de estudos e registros.

Para tanto, o que se pretende desenvolver é uma reflexão teórica visando construir um diálogo com a bibliografia e compreender as representações e os valores dos monumentos-documentos da cidade de Francisco Beltrão.

Nesse intuito, a realização de um levantamento dos monumentos foi imprescindível para a identificação de suas procedências e significações. Constatou-se que o primeiro monumento erigido foi o Obelisco, em 1969. Posteriormente outros monumentos arquitetônicos foram construídos e constituem lugares de memória de Francisco Beltrão.

¹¹ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003. p.471.

Verificando a documentação que oficializa suas construções, constata-se a escassez de registros oficiais. Foram selecionados três monumentos classificados a partir da sua relação com a questão da terra, estabelecendo-se que eles possam propiciar uma nova leitura da história do sudoeste a partir da análise de novos documentos. Busca-se, na discussão, confrontar dados históricos do desenvolvimento regional e ao mesmo tempo dialogar com a historiografia e extrair novas inferências que possam contribuir para o saber historiográfico. Esta abordagem será desenvolvida no primeiro capítulo do trabalho.

No segundo capítulo, aprofundar-se-á a importância dos monumentos como fonte para a história, utilizados como "voz" dos indivíduos que integram uma determinada sociedade. Fazer uma retrospectiva historiográfica elencando as primeiras preocupações com a criação de monumentos, e também, quando e como se deu essa iniciativa no Brasil e em Francisco Beltrão.

No terceiro capítulo far-se-á uma análise geral da documentação a partir dos monumentos selecionados que compõem o espaço público da cidade. Numa aproximação e apropriação do aparato teórico-metodológico referente ao uso de novas fontes na pesquisa histórica, será analisado, além de monumentos, outros fragmentos deste passado tão recente, mas que já recebeu controversos apagamentos e diversas interpretações.

Há uma carência de pesquisas relacionada a esta temática. A população assiste às primeiras experiências historiográficas fugindo do foco tradicional, partindo de um trabalho com novas abordagens, levando em consideração hábitos, costumes, características locais. Merecem, aqui, destaque as pesquisas desenvolvidas pelos mestres do programa MINTER: UNIPAR/UFPR. Entre os quais, alguns abordam a história regional e desenvolvem discussões que não estão diretamente relacionadas à monumentos, porém, envolvem questões que são representadas nos monumentos, objeto desta dissertação.¹²

¹² POLI, Jaci. **Da posse para a propriedade da terra no sudoeste do Paraná** (1662-1973). 186f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. p.95 a 100; BURILLE, Celma Faria de Souza. **Nas tramas da separação: o caso do estado do Iguazu nas décadas de 1960 e 1990**. 122f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

1 FRANCISCO BELTRÃO: UM ESPAÇO DE CONFLITO

Neste capítulo contextualizar a região e a cidade do nosso objeto de pesquisa. Buscando informações na historiografia sobre o sudoeste do Paraná e a cidade de Francisco Beltrão, recorre-se também à busca de complementação na imprensa e também em sites da internet correlacionados.

A região sudoeste do Paraná, no século XIX, era disputada pelo Brasil e pela Argentina, no período em que houve a delimitação da divisa entre esses países. Questão esta solucionada em 1889. Este território, uma espécie de *terra de ninguém*, foi disputado também por Santa Catarina, quando da delimitação das províncias. O Paraná queria suas divisas até o Rio Uruguai e Santa Catarina, por sua vez, queria suas divisas pelo Rio Iguaçu. Sendo que no ano de 1916 assinaram um acordo de fronteira beneficiando os dois Estados.¹³ A região foi então ocupada por gaúchos e paranaenses que vieram ampliar os quadros populacionais da já tradicional população do Contestado.

Em 1920, o governo federal assinou um contrato de construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande com a empresa norte-americana *Brasil Railway Company*. Como o governo não dispunha de dinheiro para o pagamento da obra, a companhia recebeu as terras das Glebas Missões e Chopim, praticamente o equivalente a todo o sudoeste do estado do Paraná, como forma de pagamento, conforme o mapa 1. Esta região, devido ao relevo e à vegetação densa atraía os "foras da lei", pois não seriam procurados pela justiça, "Era uma região de refúgio de bandidos, ou pelo menos dos fora da lei"¹⁴. De início estas terras não eram utilizadas para a agricultura comercial, mas apenas como subsistência.

O sudoeste paranaense, de Mariópolis à fronteira argentina, era um imenso "vazio demográfico". No início do século XX. A população, nesta época, era de aproximadamente três mil habitantes. Os únicos "capitalistas" da região eram os fazendeiros de Palmas, os quais não tinham interesse em investir na colonização destas terras, mas apenas em campos de criação de gado.

¹³ LAZIER, Hermógenes. **Análise da posse da terra no sudoeste paranaense**. 3.ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1998. p.23.

¹⁴ WACHOWICZ, 1985, p.178.



MAPA 1 - ÁREA EM LITÍGIO: GLEBA MISSÕES E CHOPIM
FONTE: Caderno Cultural. Prefeitura de Francisco Beltrão (2007)

O processo histórico de ocupação das terras no sudoeste do Paraná, primeiramente, foi caracterizado pela população indígena e cabocla, voltada para a economia de subsistência, e posteriormente, pela chegada à região dos migrantes gaúchos e catarinenses que desenvolveram uma agricultura mais intensiva. Os primeiros moradores que adentraram nesta região do sudoeste paranaense, a partir de 1920, eram homens simples, desalojados do Rio Grande do Sul, foragidos da justiça do Paraná e de Santa Catarina e posseiros expulsos de terras da *Brasil Railway Company*, empresa envolvida na revolta do Contestado.

Como se apontou anteriormente, esta empresa era a que havia recebido da União as terras do sudoeste como pagamento pela construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande. Para estimular a abstração e nos transportar para aquele contexto utilizamos como base o que o pesquisador relatou:

Todos os homens andavam armados. Muitos ficavam com calos na virilha de tanto portar armas na cintura [...] precisava estar armado para enfrentar os animais selvagens. O hábito acabou generalizando-se na região. A arma de fogo passou a ser necessária para a sobrevivência e, por extensão para a defesa pessoal.¹⁵

Nesta região do Paraná utilizava-se o sistema da troca, sem visar lucro, assim, a sobrevivência da população era baseada numa economia isolada dos centros comerciais onde a palavra empenhada era o que bastava para ser lei.

O mesmo historiador acima referido relata ainda, que os trabalhadores pioneiros que ocuparam a região "preocupavam-se em colher alguma quantidade de mate nos ervais nativos", suficiente somente para que pudessem garantir algum dinheiro e adquirir os produtos indispensáveis do seu dia a dia. Não era incomum esse mesmo caboclo comprar sal, roupas e armas. Segundo ainda este historiador, "o resto do ano passavam a sugar o chimarrão e cantar o *Quero Mana*". A música tradicionalista de Barbosa Lessa e Paixão Cortez, chamada de *Quero Mana*, que os caboclos escutavam é lembrada por Wachowicz em seu livro, e retratava um pouco o perfil desse pessoal:

Quero Mana¹⁶

Paixão Cortez/Barbosa Lessa

Tão bela flor, Quero-Mana,
 Quero-Mana lá de fora,
 Foi um gaúcho que trouxe,
 Na roseta da espora, ai!
 Minha terra, minha terra,
 ela lá e eu aqui, ai,
 Por muito bem que me tratem
 Não esqueço onde eu nasci

Tão bela flor, Quero-Mana,
 Tão bela flor, é verdade,
 Do que é ruim ninguém se lembra,
 do que é bom se tem saudade, ai

¹⁵ WACHOWICZ, 1985, p.108-109.

¹⁶ Poema extraído da página: <<http://www.muitamusica.com.br/3264-barbosa-lessa/129801-quero-mana/letra/>>. Acesso em: 09 maio 2010.

Através da leitura do poema, pode-se perceber que os caboclos tinham um misto de saudade e desconfiança em relação a sua nova terra. Relata a letra que por mais que fosse bem tratado, a saudade da sua terra de origem era muito maior. Embora reconheça a nova morada, é a terra em que nasceu que lhe causa mais emoções. Talvez por ser muito escutada pelos caboclos vindos do Rio Grande do Sul, a música venha causar comoção na mesma proporção a esses trabalhadores migrantes.

Wachowicz ainda lembra que "[...] O feijão e o milho por eles plantados eram estritamente para as suas necessidades pessoais". Segue ainda, "[...] Derrubavam e queimavam o mato e depois com o sengo (extremidade superior da foice quebrada, servindo de pá) em punho, cesto de milho ou feijão a tiracolo, plantavam no solo e cobriam com os pés, processo agrícola dos mais rudimentares"¹⁷.

A dificuldade de ambientação não era uma raridade. Ela ficava mais evidenciada quando o caboclo preocupava-se com a agricultura de subsistência, utilizando métodos de plantio, mesmo para a época, muito rudimentar.

A vinda desses homens para essa região veio favorecer as companhias colonizadoras que se diziam proprietárias das terras, faziam o desbravamento das áreas de matas densas, abrindo caminhos. Sem ter noção de que as terras tinham "dono", os primeiros moradores começaram a demarcar seus sítios, isto é, demarcarem lotes de terras usando as ferramentas de que dispunham para traçar os limites da futura propriedade, contando com a ajuda de vizinhos. Isso pode explicar o porquê dos pequenos lotes de terras.

Os primeiros habitantes, "caboclos", vendiam uma parte do direito da sua posse quando da chegada de um novo morador, normalmente um migrante vindo do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina. A terra, na época, quase não tinha valor. Usavam o sistema de troca, por exemplo, um lote de terra por um cavalo, por uma carroça, ou por uma junta de bois. O solo fértil e a imensa floresta representavam a esperança de fartura como sonhavam os posseiros vindos do sul.

Estas terras pertenciam a *Brasil Railway Company*, empresa concessionária para a construção da ferrovia entre São Paulo e Rio Grande do Sul e que esteve envolvida em um importante movimento social, ocorrido no período de 1912/1916: a revolta do Contestado entre os Estados do Paraná e Santa Catarina e os camponeses

¹⁷ WACHOWICZ, 1985, p.67.

da região. O então presidente da República, Getúlio Vargas, para salvaguardar os interesses da nação, pelos Decretos n.º 2073 de 0 de março de 1940 e n.º 2436 de 22 de julho de 1940¹⁸, incorporou todos os bens dessa empresa ao patrimônio da União, inclusive as Glebas Missões e Chopim. Com o objetivo de colonizar e ocupar as áreas das fronteiras foi criado nessa região um assentamento de terras – a CANGO, desencadeando um processo migratório muito grande, porém pautado na forma de posse da terra.

Getúlio Vargas estabeleceu uma política de colonização e alargamento das fronteiras agrícolas do país. Com o objetivo de deslocamento espacial da força de trabalho para novas regiões férteis, incrementando dessa forma a agricultura. Com essa iniciativa, providenciava-se a ocupação das regiões de fronteira com a Argentina e o Paraguai, atendia-se a reivindicação por terras de reservistas ex-agricultores e acomodava-se as levas de pequenos agricultores que chegavam ao Paraná.

Dessa forma, a história da ocupação do sudoeste paranaense pode ser entendida como dividida em duas fases: a primeira, antes de 1940, de ocupação extensiva da terra, que se caracteriza por uma "economia cabocla", voltada basicamente para a exploração da erva-mate, madeira e criação de suínos; a segunda, de ocupação intensiva, se refere ao efetivo processo de ocupação da região.¹⁹

A partir de 1943, com a instalação da CANGO, ocorre a inserção do sudoeste do Paraná no setor produtivo estadual. A agricultura de subsistência passou a produzir para a comercialização, vendendo seus produtos, que na época eram trigo, milho, feijão, além da criação de suínos e gado. As condições criadas pela CANGO ocasionaram rapidamente alterações e melhoraram a infraestrutura. Insumos, ferramentas, moradias, assistência médico-hospitalar, possibilitaram que os meios de produção chegassem de fora da unidade produtiva, ou seja, do próprio mercado.

Como consequências desse fato, no caso do sudoeste, aprofundam-se as relações de mercado, transformando a "economia cabocla" da região em uma economia onde o dinheiro e as mercadorias formavam a base das vidas das pessoas. Mesmo

¹⁸ LAZIER, 1998, p.26.

¹⁹ GOMES, Iria Zanoni. **1957**: a revolta dos posseiros. 2.ed. Curitiba: Criar, 1987. p.15.

produzindo os mesmos produtos, os colonos agora aplicavam novas técnicas, utilizando-se de novas ferramentas de trabalho.²⁰

No processo de ocupação, quando a CANGO iniciou a colonização, comprava-se no mercado apenas os produtos de consumo manufaturados e os instrumentos de trabalho. Quando o processo migratório intensificou-se, na década de 1950, houve uma disseminação de pequenas comunidades rurais, com a constituição de pequenos centros comerciais onde os produtores vendiam sua produção e compravam os produtos que necessitavam, integrando-se fortemente ao mercado mais amplo.

Em poucos anos, a produção agrícola crescia. As glebas de Missões e Chopim recebiam muita gente. Porém, com a queda do governo Vargas (1945), as companhias particulares começaram a atuar na região comprando ou grilando do governo áreas para a exploração da madeira.

O objetivo estratégico de povoamento da fronteira é reforçado logo após a criação da CANGO. Em 13 de setembro de 1943, o Decreto-lei n.º 5.812 cria o Território Federal do Iguaçu. Como a CANGO localizava-se dentro da Gleba Missões e, essa, na área do Território, passou a colônia agrícola a ter também como objetivo a colonização da área de fronteira do território, a partir da instalação de colonos gaúchos.²¹

Outras companhias vieram para o sudoeste, uma das quais e que mais influenciou na história da ocupação do sudoeste foi a CITLA (Clevelândia Industrial Territorial Limitada), instalando-se na região em 1951, comprando terras (Glebas Missões e parte da Chopin) no sudoeste do Paraná. Esta era portadora de uma carta de crédito junto ao governo federal. O proprietário da referida companhia cobrou do governo federal essa carta de crédito de valor baixo, propondo uma permuta pela Gleba Missões. Esta proposta foi indecorosa, pois se apossou das terras, sendo que na época já residiam aproximadamente três mil famílias de posseiros na região.

Embora essa compra tenha sido realizada com inúmeras irregularidades, isto só foi possível devido à interferência do governador do Estado do Paraná, na

²⁰ GOMES, 1987, p.21.

²¹ *Ibid.*, p.17.

época Moysés Lupion, que chegou a criar um cartório em Santo Antônio do Sudoeste²² para registrar a compra, pois os outros cartórios da região se negavam a fazê-lo.

A partir de 1950, começaram a forçar os posseiros a comprar as suas terras através da atuação de jagunços que implantaram o terror, que passou a ser revidado pelos posseiros. Os posseiros não eram contra o pagamento das terras, pois eles só tinham o direito de posse e ninguém se negava ao pagamento, mas o que as companhias cobravam era exorbitante.

Em 1950, Bento Munhoz da Rocha Neto foi eleito governador, e proibiu as coletorias estaduais da região fornecessem o Sisa – imposto cobrado quando da escrituração de um imóvel – impedindo que a CITLA fornecesse a escritura para os posseiros que compravam suas terras.

A portaria somente entrou em vigor em meados de 1952. Durante este período a companhia teve um ano e alguns meses de total de atuação, o que foi suficiente para iniciar a comercialização das terras, gerando um clima de inquietação social. Essa ação acabou sendo responsável pelas primeiras reações dos moradores da região. Isso não significa que depois dessa data ela tenha deixado de atuar. Embora suas atividades estivessem restritas durante os anos do governo Bento, a CITLA usou de algumas estratégias para marcar sua presença e mesmo fazer crer a todos que era proprietária daquelas terras, principalmente a partir de 1955.²³

Em 1955, Lupion voltou ao poder e todas as prefeituras do Sudoeste foram ocupadas por prefeitos do mesmo partido, o PSD (Partido Social Democrático). Era o momento para vender e receber pelas terras. Lupion revogou a proibição do recolhimento do imposto. Novas negociatas aconteceram e a CITLA cedeu parte das terras a duas novas companhias: a Companhia Comercial e Agrícola Paraná, e a Companhia Colonizadora Apucarana.

Foi o início do impasse para os posseiros, uma vez que em sua grande maioria sentia insegurança quanto à legalidade do título de propriedade fornecido pela CITLA.

²² Foi criado o município pela Lei n.º 790/51 do governo Bento Munhoz da Rocha e instalado em 14 de novembro de 1952.

²³ GOMES, 1987, p.38.

1.1 HISTÓRICO DE FRANCISCO BELTRÃO

De acordo com dados extraídos do site da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, apresenta-se, resumidamente a história deste município, que é denominado "Coração do Sudoeste" pela sua localização central na região, pela liderança econômica, política e populacional do Sudoeste do Paraná.²⁴ O município de Francisco Beltrão começou como Vila Marrecas e a transformação em cidade foi rápida. Desde o início do povoamento, não levou cinco anos para tornar-se sede do município. Com a Lei 790, de 14 de novembro de 1951 foi criado o município e sua instalação se deu em 14 de dezembro de 1952.

Ainda antes da década de 1940, a região era despovoada, em suas matas havia muitas picadas por onde passavam os mateiros – exploradores de erva-mate nativa, caçadores, aventureiros ou foragidos da justiça. Estes marcavam os locais com algum fenômeno geográfico ou acontecimento muitas vezes inexpressivo, mas para eles, naquele sertão imenso, fazia a diferença, e por ser um rio onde encontraram marrecas silvestres, ganhou este nome, Marrecas. Atualmente Francisco Beltrão.

Um fato determinante para o surgimento de Francisco Beltrão foi a criação da CANGO, já exposto anteriormente nesta pesquisa. A colônia foi criada no Rio de Janeiro, na época capital do Brasil, e lá mesmo foram contratados os primeiros funcionários e mudaram para o Paraná em novembro de 1943. Mas tiveram que se estabelecer em Pato Branco, porque na área da CANGO não havia infraestrutura nenhuma sendo difícil o acesso por falta de estradas.²⁵

Porém, a abertura da estrada demorou e a CANGO construiu uma sede provisória na localidade de Santana (hoje interior de Renascença), para facilitar o deslocamento de suas máquinas e funcionários. A chegada a Marrecas, com a construção da ponte, ocorreu somente no final de 1947. A mudança da parte administrativa da

²⁴ Disponível em: <www.franciscobeltrao.pr.gov.br/omunicipio/historia/>. Acesso em: 10 dez. 2009.

²⁵ PEDRON, Flávio; PEGORARO, Ivo. **Legislativo beltronense**: 50 anos de história. Jornal de Beltrão, 2002. p.21.

CANGO para suas terras ocorreu somente em abril de 1948. Construiu sua sede provisória logo depois do rio (hoje é a unidade do Exército), mas acabou ficando em definitivo.

O primeiro mapa da cidade foi traçado, a pedido de Júlio Assis Cavalheiro, que possuía as terras do lado esquerdo da estrada e Luiz Antônio Faedo, cujas terras ficavam à direita da estrada. A planta do primeiro loteamento da futura cidade foi feita por Pedro Hyaudochen, topógrafo da CANGO em 1947, e a partir de 1948, estes proprietários começaram a vender e doar lotes urbanos, quase todos padronizados em 22x44 metros, e com isso, o povoado foi crescendo rapidamente.²⁶

Com os benefícios que a CANGO havia oferecido, a Vila Marrecas recebeu médico, dentista, professores, topógrafos, agrônomos, mecânicos, carpinteiros, marceneiros, contribuindo significativamente para o desenvolvimento.

A Lei Estadual n.º 790, assinada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto em 14 de novembro de 1951, transformou o distrito de Francisco Beltrão em município, localizado desde 1945 no interior do município de Renascença, mudando sua sede para Marrecas.

Francisco Beltrão em 1954 transformou-se em sede de Comarca e apresentava um grande desenvolvimento, devido à extração da madeira e a agricultura. Porém, a disputa de terras entre posseiros e as companhias colonizadoras parou o desenvolvimento, resultando na histórica Revolta dos Posseiros que atingiu quase todo o sudoeste, seu ponto culminante foi em Francisco Beltrão por estarem ali instaladas as sedes das companhias de terra CITLA e Comercial, e que no dia 10 de outubro de 1957, posseiros tomaram conta da cidade e expulsaram as companhias e seus funcionários.

A revolta dos posseiros tem como data de referência o mês de outubro de 1957. No entanto, já no ano anterior, com o estabelecimento das duas novas companhias colonizadoras, a tensão entre os representantes destas e os posseiros vinha aumentando.

A ocupação do território se solidificou após a década de 1950 devido à criação dos municípios, porém não podemos deixar de registrar que a partir de 1938, o governo federal já havia dado início a uma política de ocupação de vastos espaços vazios no território brasileiro, ou seja, muito além do Paraná, a chamada *marcha para o oeste*.

²⁶ PEDRON; PEGORARO, 2002, p.22.

Uma das regiões dessa preocupação era a fronteira com a Argentina, o que levou a iniciativa de estabelecer uma colônia agrícola na região oeste e sudoeste do Paraná. Assim, em 1943 foi criada oficialmente a CANGO, já planejada desde 1941. Esta foi criada visando à ocupação do sudoeste paranaense e muito contribuiu para a chegada de colonos na região.

A CANGO, apontada pelos especialistas como uma iniciativa de governo inovadora e positiva na colonização, no século XX foi importante para a ocupação de um dos vazios do território nacional dos anos 1950.

Francisco Beltrão também foi sede do GETSOP, criado e instalado, em 1962 pelo governo federal, para resolver o problema da legalização das terras. Este órgão viabilizou, além da legalização das terras com a entrega de títulos de propriedade aos colonos, e a abertura de estradas, construção de escolas, incentivou o reflorestamento e foi extinto em 1974. Apesar dos atrasos causados pela disputa de terras e tantos outros contratemplos, Francisco Beltrão desenvolveu-se rapidamente, comparando-se aos demais municípios do sudoeste do Paraná, transformando-se atualmente no maior centro populacional e industrial da região.

O nome atual do município Francisco Beltrão é uma homenagem ao paranaense Francisco Gutierrez Beltrão. Ele foi engenheiro civil, deputado estadual, ocupando também vários cargos na esfera pública estadual, sendo inclusive secretário de obras públicas e viação. Em 1905, fundou o Escritório Técnico Engenheiro Beltrão e passou a prestar serviços de natureza técnica ao estado, na fundação de núcleos coloniais, demarcação de terras e fronteiras e colonização. Em 1928 foi novamente nomeado Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Viação e Obras Públicas, cargo em que permaneceu até 1930. A partir de então se dedicou aos trabalhos de colonização de terras devolutas e de cadastro de vários municípios.

A história política de Francisco Beltrão foi marcada pelo conflito desde o seu início. No pleito de nove de novembro de 1952, elegeu-se Ricieri Cella, do PTB. Empossado em 14 de dezembro de 52, Cella governou até o início de fevereiro do ano seguinte, quando, cumprindo determinação legal entregou o cargo para seu concorrente, Rubens da Silva Martins, do PSD. A justiça eleitoral aceitou um pedido para validar algumas centenas de votos em separado, que não tinham sido computados na eleição do dia 6 de novembro de 1952. Na nova contagem, Rubens, que na primeira

contagem tinha 537 votos, ficou com 749. E Cella, que fora eleito com 545 votos e vencera com uma diferença de 17, ficou com 697 perdendo por 52 votos.²⁷

Tendo em vista que, o centro da nossa pesquisa são os monumentos relacionados a questão da terra e, especialmente um, erigido em homenagem ao Cinquentenário da Revolta dos Posseiros de 1957, é pertinente refletir sobre o conceito de revolta. Conceituá-los não é uma tarefa fácil, o entendimento é dificultado ao se utilizá-lo para a conquista de um espaço, no caso, a terra, já que várias trajetórias históricas de ocupação, colonização envolvem revoltas e outras formas de luta.

Por revolta adotamos uma definição *lato sensu*, próxima do sentido popular para movimentos do tipo ocorrido na região em 1957, ou seja, levante, *o levante dos posseiros*, expressão recorrente nas memórias. Assim entendido, revolta pode ser um ato traumático contra uma autoridade, uma indignação, aversão, ou a atitude tomada numa situação em que não há o que fazer a não ser levantar-se em revolta. Se analisarmos todo o contexto histórico das revoltas e revoluções ocorridas, percebe-se que cada autor conceitua esses movimentos em seu contexto.

O problema que se colocava na década de 1950 era o da capacidade dos colonos/posseiros enfrentarem a situação de adversidade existente. O contexto histórico em que ocorreu a *Revolta dos Posseiros* foi justamente, um momento em que as manifestações camponesas eclodiram com frequência em muitas regiões do país, embora não estivessem articuladas entre si. As interpretações posteriores, produzidas na década de 70 predominantemente, estão significativamente influenciadas pela realidade sócio-rural dos anos 50 e 70, sem esquecermos o forte viés ideológico.

A questão da *Revolta dos Posseiros* é tema de vários pesquisadores, historiadores e sociólogos. Destacamos alguns, como Lazier que enfatiza, em seus estudos, a questão da ocupação do sudoeste paranaense, a entrada da CITLA na comercialização das terras e o conflito decorrente dessa relação. Colnaghi analisa a luta através da relação entre Estado e campesinato, dando ênfase à presença do Exército na região durante o conflito. Gomes, por sua vez, analisa os aspectos subjetivos da revolta, destacando os mecanismos de controle utilizados para a contenção da luta. Wachowicz apresenta uma análise muito ampla da ocupação e colonização do sudoeste paranaense, na qual destaca com minúcias os acontecimentos ocorridos na região, atribuí mais

²⁷ Disponível em: <www.franciscobeltrao.pr.gov.br/omunicipio/historia/>. Acesso em: 10 dez. 2009.

valor à questão do partidarismo político manifestado na época, minimizando ao nosso entender, os sujeitos sublevados, os posseiros.²⁸

Krüger apresenta a história da região sudoeste do Paraná desde seus primórdios e destina parte de sua obra à *Revolta dos Posseiros*, tendo por base os estudos de outros historiadores.²⁹ Estes estudos abordam em linha geral temas como a ocupação paranaense pelos posseiros; as companhias colonizadoras na comercialização das terras da região; a violência; o surgimento do conflito, bem como a ação dos envolvidos no desfecho do movimento.

O curso de história da UNIPAR, campus de Francisco Beltrão, proporciona no livro "Revisitando a história", uma coletânea de artigos, escritos pelos acadêmicos do curso de história da instituição.³⁰ São 20 capítulos que mostram a ocupação e colonização da região sudoeste, durante a década de 50. São obras que procuraram expressar significados importantes do conflito e da ocupação do território. Embora seja uma obra para ser lembrada, ainda necessita uma análise mais detalhada do processo histórico. Os diferentes artigos apontam para um espaço historiográfico muito amplo para a pesquisa sobre o tema ocupação territorial.

Para compreender a origem do conflito agrário que culminou com a Revolta de 57, ou o levante dos posseiros, é necessário retornar ao início do século XX quando foi organizada pelo governo federal a construção da estrada de ferro entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. A Companhia Estrada de Ferro São Paulo ao Rio Grande do Sul (CEFSPRG) recebeu do governo concessões para explorar as terras que ficavam às margens da ferrovia como forma de pagamento pela construção da estrada.

Ao exercer seu direito sobre as concessões de terra, essa companhia passou a reclamar uma enorme área de terras, que incluía parte circunstancial do sudoeste do Paraná. A construção da estrada de ferro provocou, também, conflito agrário no meio oeste de Santa Catarina que foi palco da Guerra do Contestado entre os anos 1912 e 1916.

²⁸ AMÂNCIO, Sílvia Maria. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico**: a revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná em suas variadas versões. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009. p.17.

²⁹ KRÜGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná**: história de bravura, trabalho e fé. Curitiba: POSIGRAF, 2004.

³⁰ BONAMIGO, Carlos Antonio; SCHNEIDER, Cláides **Revisitando a história**: a revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. Francisco Beltrão: Grafisul, 2007. p.9.

Segundo a pesquisadora Liz Andréa Dalfré, a disputa territorial entre o Paraná e Santa Catarina já vinha se arrastando desde 1853.³¹ Quando a república foi proclamada em 1889, os estados da Federação começaram a constituir certa autonomia em relação ao seu território. Na região sulina em disputa foram vários os pareceres emitidos pelos poderes federais, ora dando ganho de causa a um, ora a outro.

O litígio somente foi resolvido em 1916, devido à pressão exercida pelo governo federal e à opinião pública contra os representantes estaduais, em função do conflito. Isso acabou criando uma nova divisão territorial, onde os dois estados cederam parte das terras que estavam reclamando como suas. O estado do Paraná ficou com 20.000 km² do território contestado enquanto Santa Catarina ficou com 28.000 km². Parte dos municípios de Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas, que antes pertenciam ao Paraná, passaram a pertencerem ao estado catarinense. Já Santa Catarina cedeu o sudoeste, compreendendo Palmas e Clevelândia.

Parte significativa dos trabalhadores da antiga empresa *Brazil Railway Company*, que haviam sido contratados para construir a estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, acabaram abandonados. A empresa não conseguiu cumprir com seus compromissos ao final da obra e muitos desses trabalhadores, oriundos no nordeste brasileiro, sem dinheiro para o retorno, permaneceram nas terras que pertenciam à empresa. Iniciaram uma colonização do solo como uma alternativa de sobrevivência.

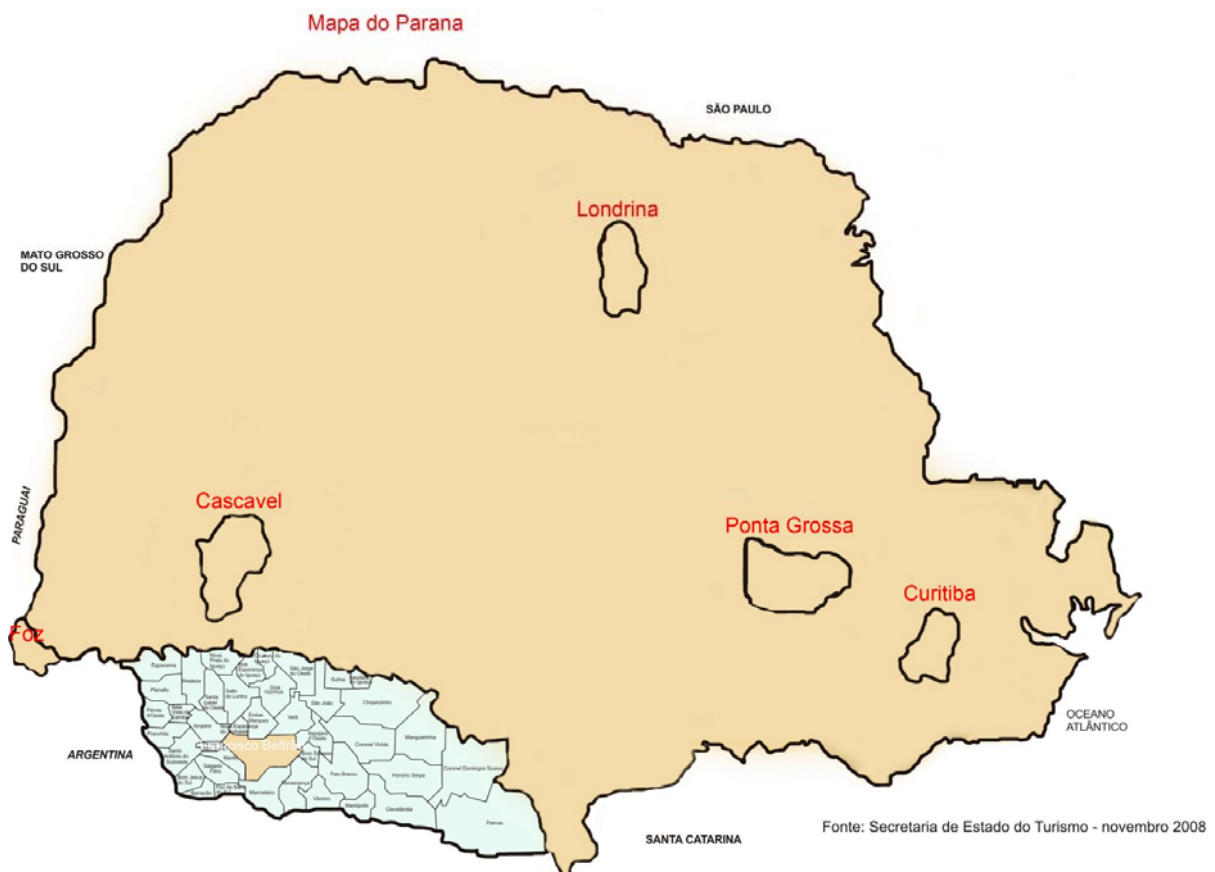
Com a chegada do peregrino conhecido como monge José Maria, que logo se transformou numa liderança política e espiritual, muitos colonos, começaram a seguir suas orientações. As autoridades dos dois estados sulinos, preocupados com a aglutinação cada vez maior, tentaram dispersar os colonos sem muito sucesso. Foi através de uma intervenção federal, com muita violência, que as autoridades conseguiram dar um fim ao movimento, assassinando várias pessoas e prendendo outras tantas.

Dalfré evidencia que existiram grupos de sertanejos e proprietários envolvidos no conflito devido a interesses relacionados ainda à questão litigiosa. Questionavam o acordo entre governo e empresa, a qual recebera 15 km de cada lado na ferrovia como área para ser explorada, sem ao menos avaliar os antigos moradores.

³¹ DALFRÉ, Liz Andréa Dalfré. **Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do Contestado.** 132f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. p.25-26-29.

As terras do sudoeste do Paraná, conforme as pesquisas feitas por diversos autores, já faziam parte de uma concessão do governo catarinense a José Rupp para exploração da erva-mate. Com a alegação de que as terras faziam parte da concessão recebida em troca da construção da ferrovia entre São Paulo e o Rio Grande do Sul a CEFSPRG entrou na justiça para reclamar a área.

Num primeiro momento, em 1920, ocorre a vitória judicial da companhia ferroviária. A partir de uma apelação judicial, José Rupp consegue recuperar seu direito com uma ação no Supremo Tribunal Federal que, no entanto, só confirmou o direito de José Rupp no ano de 1938. Com a vitória judicial ele aciona a companhia a lhe indenizar os prejuízos.



MAPA 2 - MAPA DO PARANÁ: REGIÃO SUDOESTE
FONTE: Secretaria do Estado do Turismo - nov. 2008

O governo federal na gestão do presidente Getúlio Vargas incorporou a CEFSPRG ao Patrimônio Nacional no ano de 1940, devido ao fato dela entrar em falência e não cumprir com seus compromissos. Como consequência, ficou com a responsabilidade de responder pelos problemas judiciais da extinta companhia.

O mesmo Supremo Tribunal Federal definiu o valor a ser pago a José Rupp em 1945 e, em função da situação, coube então a União a responsabilidade.³²

A CITLA comprou esse direito de José Rupp à indenização e, na busca de seu ressarcimento, conseguiu titular as glebas Missões e Chopim pelo valor da dívida a partir de influências no governo estadual. O governo federal, no entanto, considerou irregular a forma como foi feita a titulação.

O que nos faz entender que a questão da terra estava ligada a interesses políticos, no desentendimento e desacordos entre governo federal e estadual, bem como das decisões e indecisões do Supremo Tribunal Federal, que ora deu ganho de causa a José Rupp e posteriormente à CITLA.

Uma das formas de pressão adotada pelas empresas colonizadoras para forçar os posseiros a pagarem pelas terras ocupadas foi a violência, do contrário todos deveriam desocupar para que pudessem ser vendidas a outras famílias interessadas. Para esse fim as colonizadoras usaram *jagunços*, espécie de criminoso ou homem violento contratado especificamente como guarda-costas, com a clara intenção de intimidar as famílias e conseguir resultados mais rápidos. Os métodos iam desde o espancamento até o assassinato.

Em sua pesquisa sobre a Revolta de 57, Gomes registrou que, com o respaldo do então governador paranaense Moisés Lupion, a CITLA começou a pressionar os posseiros para comprarem as terras que ocupavam e cuja propriedade a empresa reivindicava para si. Acabou armando um exército particular de jagunços – ex-presidiários, e assassinos profissionais para ameaçar os posseiros.

As companhias passaram a agir somente de forma a intimidar os colonos, pois contavam com o apoio do governo estadual, diretamente ou por meio das instituições administrativas da Justiça e Segurança. Os intimidavam, para forçá-los a assinar o compromisso de compra e venda das terras que haviam sido 'dadas' no período de colonização e ocupação do território paranaense.

A maioria destes colonos não concordava em assinar. Os jagunços passaram a usar métodos extremamente violentos, como espancamentos, saques, mortes, visando

³² LAZIER, 1998, p.26.

tornar a pressão insuportável a ponto de muitos colonos assinarem o documento ou abandonarem as terras às companhias que queriam comercializá-las.³³

A primeira reação dos posseiros em relação à violência desenfreada na região e em defesa de suas terras ocorreu em 1951, contra a CITLA, já que era responsável pelo início do povoamento e colonização na CANGO. No mesmo ano, um ano antes do governador Bento Munhoz da Rocha baixar uma portaria que impedia o recolhimento das Sisas, os posseiros desferiram a primeira reação. O sentimento de insegurança era muito forte e presente em meio aos moradores da região.

Os colonos organizaram um abaixo-assinado que percorria os comerciantes, industriais, profissionais liberais e ocupantes de terras no povoado de Marrecas. O abaixo-assinado previa a criação de uma Comissão Permanente em defesa dos direitos à posse da terra. Em seguida realizaram uma assembleia geral que, além de aprovar a comissão, elegeu uma comissão composta de 20 pessoas e determinou que aqueles que tinham contatos com as autoridades governamentais deveriam entrar em contato explicando a situação. Para esse pessoal o entendimento era de que eram prejudicados, as medidas tomadas eram injustas e as autoridades constituídas deveriam, legitimar os posseiros como verdadeiros e "legítimos proprietários" da Gleba.³⁴

Embora essa tentativa tivesse como objetivo amenizar a situação de conflito, a violência ainda permeava nas relações entre o posseiro e as companhias. O processo de espoliação do posseiro por parte das colonizadoras só foi possível por causa da conivência das autoridades governamentais e judiciais, levando a uma situação em que a lei deixou de ser cumprida.

Algumas famílias foram expulsas de suas casas; ranchos e galpões eram queimados; animais eram mortos; plantações, destruídas e nem mesmo crianças e mulheres escapavam dos espancamentos. Quando o posseiro acuado assinava o compromisso de compra da terra, recebia como recibo um pedaço de papel qualquer sem timbre ou carimbo, assinado apenas pelos próprios jagunços, que não constava nem mesmo o seu nome legítimo, usando somente o apelido: Maringá, Chapéu de Couro, Quarenta e quatro.

³³ GOMES, 1987, p.45.

³⁴ *Id.*

Os jagunços vendiam várias vezes a mesma terra, que lhes rendia comissões pagas pelas companhias, e quando essas comissões se tornavam altas, cobravam, se tornavam inconvenientes e a companhia encomendava a morte destes, por outros jagunços.

A problemática da posse da terra estava na questão do pagamento. Os colonos não se propunham a pagar, mesmo com a garantia de que virariam proprietários definitivos e documentados, pois a situação de pressão e violência com as companhias levou os posseiros ao limite, e com poucas alternativas, acabaram organizando uma revolta.

Antes mesmo de decidirem pela revolta, os colonos realizaram mobilizações, abaixo-assinados, entre outras manifestações cujas quais não deram resultado. Resolveram, então, ir para a cidade, com organização e lideranças em vários lugares da região. Essas lideranças tinham um bom relacionamento com os moradores da cidade, construíram códigos e senhas para comunicarem-se. A revolta tinha como objetivo básico expulsar as companhias, que se diziam donas da terra, e usavam da violência com a população, principalmente com os colonos.³⁵

Em outubro de 1957, os colonos decidiram pela revolta. Organizados, no primeiro dia tomam a cidade de Pato Branco, e no dia seguinte, Francisco Beltrão, e, na sequência outras cidades do sudoeste do Paraná. Para isso, prenderam o chefe de polícia da região para que as negociações acontecessem. O objetivo era pressionar o governo federal para que retirasse definitivamente as companhias de terra que estavam nestas regiões.³⁶ Essas reivindicações só foram atendidas em 27 de março de 1961, quando Jânio Quadros cumprindo promessa de campanha assinou o Decreto Federal n.º 50.379 através do qual desapropria as terras do sudoeste.³⁷

Contudo, a revolta de 1957 não pode ser entendida apenas como um ato casual, do qual os colonos reagiram aos atos de violência das companhias. O movimento teve uma longa trajetória, iniciada com a chegada da CITLA em 1951.

³⁵ GOMES, 1987.

³⁶ LAZIER, 2003, p.228.

³⁷ GOMES, *op. cit.*, p.113.

Os adversários políticos do governo Lupion apresentaram aos posseiros o questionamento do título. Antonio Anibelli, depois eleito deputado estadual pelo PTB (1956 a 1960), percorria a região explicando a ilegalidade da venda das terras e aconselhando ao posseiro para não assinar contrato com a companhia. E as companhias alardeavam possuir todos os direitos sobre as terras. "Esses fatos mostram que a irregularidade da transação não se revestiu apenas de questões legais, mas também de questões morais. Não foi sem sentido que políticos de oposição, UDN e PTB, chamaram o acordo de *a maior bandalheira da República*"³⁸.

O poder judiciário, por sua vez, não tomava nenhuma atitude o que gerou uma situação favorável à prática da violência e de ações expropriadoras da posse da terra. A conivência das autoridades responsáveis, omissão do governo federal e outros que não tomaram nenhuma atitude quanto à ilegalidade das transações imobiliárias realizadas na época pela CITLA, contribuíram significativamente para que a questão se transformasse em conflito armado.

1.2 UM CONFLITO EM FOCO

O sentimento de medo e de revolta dos posseiros começou a transparecer, e após várias tentativas de resolução do problema, resolveram buscar justiça por conta própria. Assim sendo, organizaram-se, num primeiro momento, com ações reivindicatórias, que assumiam grande importância. Com o desenrolar dos acontecimentos desenvolveu-se uma conscientização capaz de redirecionar novas formas de resistência.

Quando perceberam que pelas vias legais era inútil, transformaram-na em luta armada. "À medida que a ação expropriadora das companhias foi se tornando mais violenta configura-se, ainda que de forma precária, as condições de resistência dos colonos"³⁹. No início, aconteceram lutas localizadas, pequenos grupos que agiam em tocaias. Um exemplo disso foi o plano de ataque ao escritório da comercial,

³⁸ GOMES, 1987, p.36-37.

³⁹ *Ibid.*, p.69.

concessionária da CITLA, montado pelos posseiros na localidade do distrito de Verê. Foram surpreendidos pelos jagunços, que certamente foram avisados por algum traidor.

Na organização dos colonos visando destruir os escritórios das companhias, devido aos excessos de violência, no distrito de Verê, muitos armados seguiam em marcha pela avenida principal deste distrito em direção ao escritório da companhia. Os jagunços revidaram, e neste episódio, um dos colonos que fazia frente à marcha, enrolado com a bandeira do Brasil, foi morto.⁴⁰

À medida que a violência ia aumentando, de ambos os lados, tomar uma posição tornou-se uma questão moral. Colonos exaltados começaram a resistir à ação armada das companhias e iniciaram a organização para tentar expulsar os jagunços.

Começaram a organizar para tentar escorraçar os jagunços. Sabiam muito bem que não bastava abandonar a enxada e pegar no gatilho. Assim como as companhias que foram recrutar seus jagunços no norte, os colonos procuraram defensores entre o elemento sulista que migrava para a região. Encontraram nos *farrapos* os elementos que necessitavam.⁴¹

De um lado havia os jagunços que se armavam, e de outro, os colonos que também buscavam seus meios para lutar por justiça, já que não podiam contar com o apoio das autoridades. Contudo, os colonos perceberam que não haveria mudança, e não teria como continuar sofrendo a violência das companhias. Organizaram-se num movimento coletivo, que unia vários trabalhadores: posseiros; agricultores; bodegueiros; donos de armazéns; comerciantes e outros segmentos que podemos denominar como *povo*.

Tomavam as cidades, entravam e fechavam os escritórios das companhias, com o objetivo de recuperar as promissórias e os contratos ilegais que haviam sido obrigados a assinar. A documentação dos escritórios foi destruída ou espalhada pelas ruas.

Sob o comando de Pedro Santin, um colono que inicialmente estava a serviço da polícia, cerca de dois mil colonos ocuparam a cidade de Capanema. Os posseiros revoltaram-se contra a polícia, tomaram a cidade ainda no dia 13 de setembro de 1957, interditaram a estrada que liga Santo Antônio a Capanema, além o campo de

⁴⁰ PECÓITS, W. A. apud GOMES, 1987, p.71.

⁴¹ WACHOWICZ, 1985, p.215.

aviação estrada que liga, incendiaram o escritório da Companhia Apucarana, obrigando os jagunços fugiram para Santo Antonio.

Em Lageado Grande, no dia 14 de setembro de 1957, Santo Antônio virou o quartel general dos jagunços e Capanema acabou tornando-se a instalação em que se acomodaram os colonos, ambos aguardando o ataque.⁴²

Pedro Santin se transformou numa das lideranças e tentava organizar e controlar a situação da revolta. Essa tática policial não funcionou, pois a violência aumentava. Eram aproximadamente dois mil colonos armados que ocuparam a região. A situação naquela cidade foi resolvida com a intervenção direta do chefe de polícia do estado, Pinheiro Júnior que, em acordo com os colonos, conseguiu acabar com os conflitos na área de fronteira.

Nessas duas comunidades onde os dois grupos rivais se aquartelaram, os conflitos armados foram mais significativos. Foi necessário solicitar auxílio de migrantes que eram oriundos do Rio Grande do Sul. Conforme Gomes, destacam-se entre os migrantes sul-rio-grandenses, "os farrapos, elementos fugitivos da polícia, que viviam nas matas da região, principalmente na fronteira". Ainda segundo Gomes, "eram normalmente homens valentes, com liderança e uma concepção própria de justiça"⁴³.

Destacam-se neste grupo, além do já citado anteriormente Pedro Santin, os irmãos Bello, que participaram ativamente do conflito junto com centenas de colonos. Esses grupos organizaram, em seis de setembro de 1957, uma emboscada em Lageado Grande, onde acabaram expulsando os jagunços. No conflito o gerente da Companhia Apucarana, Arlindo Silva acabou morrendo.

Com a ação do grupo liderado por Santin, os jagunços, em sua maioria deslocaram-se para as áreas de Francisco Beltrão e Pato Branco, onde o conflito entre as companhias, jagunços e posseiros continuava. Entre os anos de 1956 e 1957, esta região torna-se palco de muita violência. Depoimentos de pessoas da região mostram detalhes de crimes cometidos pelos jagunços contratados pelas companhias.

Talvez o mais cruel da extensa violência que se espalhou tenha sido o ataque dos jagunços à propriedade de João Saldanha. O posseiro evitou o confronto e fugiu para o mato acompanhado do filho mais velho, um menino de aproximadamente

⁴² GOMES, 1987, p.77.

⁴³ *Ibid.*, p.75.

doze anos. Com tanta violência, o fato que consta como a 'gota d'água' para a revolta foi o que ocorreu em nove de outubro nas Águas do Verê:

No dia 9 de outubro, pela manhã, foram trazidas para Pato Branco, vindas das Águas do Verê, três crianças de dez para onze anos, uma delas filha de Otto Zwickler, que havia entrado com um requerimento solicitando abertura de ação possessória contra a Companhia Comercial. [...] o estado das crianças era desesperador. Tinham vergões da grossura de um dedo por todo o corpo. E, se a situação já era tensa, esse fato foi a gota d'água que fez transbordar a revolta que se generalizou na região.⁴⁴

Constata-se neste depoimento que a barbárie vivida na época envolvia a todos, porque a violência generalizada não poupava crianças e mulheres. Nem mesmo as formas utilizadas de brutalidade eram planejadas, agiam de acordo com o que o momento requeria, não existia lei que impedissem os jagunços de violentar e matar tantas pessoas.

O espancamento destas crianças pelos jagunços desencadeou a revolta de Pato Branco, que foi responsável, também, pela eclosão do movimento de Francisco Beltrão. A explosão de fúria fez eclodir o movimento, que já não se restringia à questão da expropriação da terra. A violência que passou a acompanhar esse processo extrapolou as questões meramente fundiárias, atingindo tal dimensão que lutar contra as companhias se tornara uma questão inevitável.

[Em] Francisco Beltrão é que o movimento adquiriu maior expressão, não só pelo número de colonos que participaram, como pelo fato de ali estarem localizados os escritórios centrais da CITLA e da Comercial e de ser este o município para o qual os jagunços acorreram depois do movimento de Capanema, em setembro, e do fechamento dos escritórios em Pato Branco, no levante que iniciou em 9 de outubro.⁴⁵

Esses fatos ficaram conhecidos como a "*Revolta dos Posseiros do Sudoeste*" ou "*Revolta de 1957*". Embora não houvesse uma organização, sindicato, ligas camponesas ou equivalentes, o povo uniu-se em torno de um objetivo comum: a vontade de todos de defender o seu pedaço de chão, o seu rancho, a sua família. Graças a essa união, as companhias CITLA, a Apucarana e suas concessionárias, com

⁴⁴ GOMES, 1987, p.88.

⁴⁵ DAMBROS, 1997, p.41-42.

seus jagunços, foram expulsas e os posseiros exigiram do governo o comprometimento com a titulação das terras.

As rádios de Pato Branco e Francisco Beltrão desempenharam a função de informar e acalmar os moradores após o levante. Os locutores pediam à população que não abandonassem suas moradias e que tudo estava voltando à normalidade, as companhias ao serem expulsas tinham acertado com o governador Lupion suas retiradas da região. Os envolvidos no acontecimento de 1957 receberam ampla e irrestrita anistia, no tocante aos problemas de terras desta região.

As forças políticas que eram oposição ao governo estadual, em 1957, tornaram-se governo na eleição seguinte, em 1960, com uma campanha eleitoral, voltada para a solução do problema da terra. No entanto, transcorrido um ano da posse dos cargos eletivos, alguns anos após a *Revolta dos Posseiros*, e nada de concreto havia acontecido para os posseiros.

Em 1961 o Presidente Jânio Quadros, para tentar solucionar o problema, assinou a declaração da gleba Missões e parte da gleba Chopim como de utilidade pública. Tanto o governo federal como o governo estadual desistiram em comum acordo de seus direitos jurídicos sobre essas glebas e passaram a encarar a questão como um grave problema social. Ainda assim, a questão não foi resolvida, pois, Jânio Quadros renunciou antes da concretização da desapropriação.

No entanto, esta revolta não foi uma típica reação armada, embora os colonos tenham vindo de suas casas com espingardas, pica-paus, enxadas, foices, ou seja, com as armas que utilizavam para o trabalho. Com o movimento, os colonos venceram, não somente as companhias, mas também conseguiram os títulos de propriedades. Fato que marcou significativamente a história do sudoeste.

A influência da *Revolta dos Posseiros* está na caracterização socioeconômica, pois o sudoeste do Paraná se destaca como uma região de pequenas propriedades, já que a revolta sedimentou uma proposta de colonização da região. A intenção quando a CANGO começou a colonização era um modelo com 24 pedaços de terra, que embora houvesse diferenças entre estes pedaços, todos eram pequenas propriedades. Quando se fez a colonização e regularização houve um predomínio de pequenas propriedades. O movimento de certa forma reforçou e contribuiu para sedimentar a proposta existente no projeto de Getúlio Vargas.

Embora, ainda haja questionamentos e até mesmo dúvidas quanto aos verdadeiros motivos das companhias e dos colonos, a revolta tornou-se uma referência

para o sudoeste, ficando na história a importância da organização, da união e da luta para a conquista da terra. O movimento de 1957 não é referência somente aos colonos, mas para todo o sudoeste do Paraná.

Convém salientar que a *Revolta dos Posseiros*, com tantas explicações e afirmativas a respeito, ainda suscita indagações, como nos discursos por ocasião do cinquentenário do município em 2007.

Lazier, em artigo publicado no Jornal de Beltrão do dia 18 de maio de 2007 afirma que: em cidades do sudoeste do Paraná, onde ocorreram atividades comemorativas referentes aos 50 anos da vitória dos posseiros, prevaleceu ainda uma dicotomia: o que aconteceu em 1957 foi uma revolta de posseiros ou de colonos? A resposta parece simples, mas não é. Ela tem significado importante. Colonos e posseiros não são a mesma coisa. Posseiros eram todos os moradores da região – os que habitavam o perímetro urbano e, também, a zona rural. Colonos, no caso do sudoeste, seria apenas uma parte de um todo – os posseiros. A união do campo e da cidade foi fator importante na vitória do movimento. Convém lembrar que dos 56.917 lotes dos posseiros, regularizados pelo GETSOP, 32.256 eram rurais e 24.661 eram urbanos. Em 1997, nas comemorações dos 40 anos da revolta, essa dicotomia ficou evidente: alguns estudiosos do tema publicaram um opúsculo intitulado "*A Revolta dos Colonos*", e a revista *Gente do Sul*, de outubro de 1997, publicou uma entrevista do próprio Lazier com o título "*A Revolta dos Posseiros*". Em 2002, a prefeitura de Francisco Beltrão editou o livro "*História e Geografia de Francisco Beltrão*", onde, ao tratar do tema, afirma "*Revolta de Posseiros*", mas no lançamento do livro no Espaço da Arte, o locutor falou "*Revolta de Colonos*". Aponta ainda, que Nivaldo Krüger, em seu livro "*Sudoeste do Paraná, história de bravura, trabalho e fé*", trata o tema onde intitula de "*Revolta dos Colonos*". Concluindo sua análise, interpretou que ainda existem aqueles que confundem uma parte – os colonos – com o todo, os posseiros.⁴⁶

O autor questiona, sobretudo, a confusão conceitual presente na historiografia paranaense e nas memórias da revolta. Tomam-se como contrários os conceitos diversos colonos e posseiros. Há que se destacar que a luta pela terra não se deu

⁴⁶ LAZIER, Hermógenes. 1957: revolta de posseiros, não de colonos. **Jornal de Beltrão**, 18 maio 2007. (artigo 1)

pelo contraponto dos colonos versus posseiros, mas sim por colonos e posseiros. A este respeito é apropriado citar o conceito utilizado por Silvia Amâncio:

O posseiro, aquele que está na posse de uma terra devoluta, apesar de ser pouco visualizado pela História, é uma figura determinante na sociedade brasileira, principalmente nas áreas de fronteira. Sua presença, somada ao crescente interesse privado sobre terras devolutas, possibilita os conflitos em relação aos direitos sobre a terra nessas regiões.⁴⁷

Os atritos entre posseiros e grileiros, principalmente em 1957, tiveram grande repercussão, tanto na imprensa como no parlamento. Em Santo Antonio e Capanema o que aconteceu em setembro de 1957 foi mais grave, por ser área de fronteira e, portanto, de segurança nacional, fez com que o governo federal desse um ultimato a Moisés Lupion: "apaziguar a região ou haveria intervenção federal no Paraná".

Após essa advertência, Lupion recuou para não perder a aliança com o governo federal. Com isso, pode-se afirmar que a concentração de posseiros no dia 9 de outubro de 1957 em Pato Branco; no dia 10, em Francisco Beltrão; e no dia 13, em Santo Antonio, mais como uma festa para consolidação da vitória. Tanto é verdade que não houve resistência dos jagunços e nenhum tiro foi disparado. O resultado obtido após a revolta sugere que a unidade entre campo e cidade pode ser uma alternativa de luta e organização. Diferente dos confrontos ocorridos anteriormente a esta data entre jagunços e colonos quando ocorreram várias mortes.

O recuo do governo Lupion, em setembro, pode ser constatado nas entrevistas dos coronéis Alcebíades Rodrigues da Costa (da polícia do estado) e Henrique Dias (do exército), no livro "1957 - A Revolta dos Posseiros", de Iria Zanoni Gomes,⁴⁸ e na entrevista do advogado João Abs Cru, no livro "Entre jagunços e posseiros", de Rubens S. Martins.⁴⁹

A região Sudoeste do Paraná cresceu, surgiram vilas e cidades que se transformaram em municípios. A *Revolta dos Posseiros* do sudoeste transforma-se em um exemplo rico que cresce por meio de uma população explorada, violentada e que, cansados desta situação, uniu-se para conseguir mudar os rumos desta história.

⁴⁷ AMÂNCIO, 2009, p. 27.

⁴⁸ GOMES, 1987.

⁴⁹ LAZIER, 2007, artigo 3.

Com o fim da *Revolta dos Posseiros*, muitos líderes urbanos, que participaram do movimento, beneficiaram-se do prestígio e se projetaram no cenário político regional. E os agricultores os elegem para cargos como prefeitos, deputados estaduais ou federais, o que se percebe é que nenhum colono/posseiro se beneficiou desse movimento para fins eleitorais.

Os homens e mulheres que viveram a Revolta de 57 foram exemplos vivos de vozes antes não audíveis por serem dissonantes de um discurso oficial. Podemos perceber que o sudoeste do Paraná, como outras regiões do estado, expressou-se como contraponto ao discurso oficial da década de 50. Por um lado, vozes que constituíram o imaginário de uma nação de progressista, por outro, vozes fortes, que mesmo inaudíveis para lideranças políticas e militares, foram gradativamente atendidas.

Em artigo publicado no Jornal de Beltrão *on line*, em 24 de março de 2006, o pesquisador Hermógenes Lazier destacou dois fatos significativos que aconteceram neste mês no processo de ocupação do sudoeste: em março de 1961, o presidente Jânio Quadros desapropriou cerca de 500 mil hectares de terra, medida necessária para atender as reivindicações de mais de 50 mil posseiros. E no dia 19 de março de 1962, João Goulart criou o GETSOP, organismo destinado a transformar os posseiros em proprietários. São duas datas que merecem destaque no contexto da revolta de 57.

Em sua dissertação, Jaci Poli relata que "a campanha eleitoral do ano de 1960 para eleição do Presidente da República foi um momento de negociação política na tentativa de comprometer os candidatos com a situação vivida pelos posseiros e pela região como um todo"⁵⁰. Ainda segundo Poli, os candidatos a presidente na eleição eram Jânio Quadros (pela coligação entre o PTN, PDC e UDN), Henrique Teixeira Lott (pela coligação entre o PSD e PTB) e Ademar de Barros (PSP). Foi Jânio quem manifestou abertamente apoio a esta comissão e compromisso que após a eleição ele procuraria resolver os problemas da região.

Jânio Quadros tornou-se presidente naquela eleição e tratou de cumprir sua promessa, desapropriando as áreas em conflito para iniciar o processo de titulação. Pelo Decreto n.º 50.379, de 27 de março de 1961 declarou a Gleba Missões e a parte da Gleba Chopim, envolvida no conflito, de utilidade pública. Após a renúncia de Janio, o vice João Goulart manteve a política de favorecimento aos posseiros da região.

⁵⁰ POLI, 2009, p.126.

A bandeira de luta que uniu todo o sudoeste era a mesma que expulsou os grileiros e jagunços da região. Na campanha eleitoral de 1960 para a presidência da República, surgiram candidaturas como a do Marechal Lott, numa coligação entre PSD e PTB, e a de Jânio Quadros pela UDN com apoio de pequenos partidos. Uma comissão formada por lideranças da região esteve na capital federal para discutir com os candidatos a respeito da situação dos posseiros e solicitar providências para a legalização de suas terras. Inicialmente procuraram Lott, que não quis assumir compromisso sobre o assunto.

Depois foram até Jânio, que prometeu, caso fosse eleito, solucionar o problema dos posseiros, desapropriando a área e titulando-a para eles. Diante da promessa de Jânio Quadros, quase todo o sudoeste votou nele. Sendo eleito presidente da república, um dos primeiros atos foi realmente desapropriar a área em litígio. Pelo Decreto n.º 50.379, de 27 de março de 1961, Jânio desapropriou, declarando de utilidade pública a gleba Missões e parte da gleba Chopim, ou seja, o sudoeste do Paraná. Considerando a urgência na solução do problema, o presidente assinou no dia 25 de abril de 1961 o Decreto n.º 51.494, determinando regime de urgência para a desapropriação.

Com a renúncia de Jânio, assumiu o executivo o vice-presidente João Goulart, que tomou novas medidas em favor dos posseiros do sudoeste. Em 19 de março de 1962, pelo Decreto n.º 51.431, João Goulart criou o GETSOP, com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários para a efetivação da desapropriação.

Até sua extinção, em janeiro de 1974, foram regularizados e expedidos 43.383 títulos de propriedade de terra, correspondentes a 56.936 lotes, sendo 12.413 títulos urbanos e 30.970 títulos rurais. O município que mais títulos recebeu do GETSOP foi Francisco Beltrão, com 7.550 títulos, seguido do município de Dois Vizinhos, com 6.492 títulos. O GETSOP mediu, demarcou e dividiu em lotes 350 glebas, oito patrimônios e trinta povoados, totalizando 545.249,64 hectares. A medição efetuada revela a existência de pequena propriedade rural. Dos 32.256 lotes rurais medidos, 7.133 (22,11%) possuem menos de 5 ha.⁵¹

Embora os colonos tenham vencido, ficaram ainda a mercê da ação de governos e da justiça quanto a legalização de suas terras, já não estavam nas mãos dos jagunços e companhias, mas ainda tinham que esperar a ação governamental

⁵¹ LAZIER, 2003, p.152.

para o desfecho do problema, que era o título de propriedade. O que só veio a acontecer com a criação do GETSOP.

O GETSOP era subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República e constituído pelo Conselho de Segurança Nacional. Assim a questão da terra incorporava-se à categoria dos assuntos de interesse de segurança nacional.

Eu atribuo a criação realmente do GETSOP ao parlamentarismo, ao sistema de governo que foi implantado *obtusamente* de uma maneira apenas para resolver um problema não ideologicamente por vontade, mas sim para resolver um problema, um impasse que se criou com a posse de João Goulart. Mas eu atribuo a esse período de parlamentarismo, a real criação do GETSOP, porque isso deu forças aos parlamentares que representavam a região. [...] eu atribuo essa força política que os nossos deputados representantes tiveram na época para impor ao então governo federal a criação do GETSOP.⁵²

A instalação do GETSOP, oficialmente ocorreu em abril daquele ano, e em Francisco Beltrão, em julho de 1962, era um grupo composto por nove pessoas. Uma seria para chefiar o serviço neste município, cargo que fora ocupado por Deni Lineu Schwartz. Cerca de um ano após a instalação, começaram a entregar os primeiros títulos. Foram cerca de 40 mil títulos de terras entregues aos colonos/posseiros. Construiu-se posteriormente, um monumento em homenagem a este órgão, monumento este, que será apresentado no terceiro capítulo desta pesquisa. Ressalta-se que não havia nenhum pedaço de terra legalizado até então, foram legalizadas não somente as terras dos colonos, como também os lotes urbanos, depois de concluído o trabalho proposto, o grupo encerrou suas atividades, dispensou os funcionários e foi extinto.

Com estas atividades percebe-se que o GETSOP foi de grande contribuição para a legalização da terra, que, nas palavras de Schwartz serviram para que ocorresse a justiça social nesta região. Esse grupo executivo era composto por cinco membros: representantes do Ministério da Agricultura; representantes da Procuradoria Geral da República; do Gabinete Militar da Presidência da República e da Superintendência do Patrimônio da União do governo federal. Sendo, portanto, um órgão eminentemente federal, cuja finalidade era legalizar as terras, e que fora criado

⁵² SCHWARTZ, Deni. Entrevista concedida em outubro de 2005. In: PAVAN, Salette Navarini. **A atuação do GETSOP no Sudoeste do Paraná entre 1962 a 1974**. UNIPAR, 2005. p.7.

especialmente para isso, com tempo programado para ser o mais breve possível na execução da tarefa.

O acordo entre a União Federal e Estado do Paraná foi apresentado pelos setores responsáveis pelos problemas fundiários do país, já que se mostrara exemplo positivo de administração a serem imitados nas outras regiões do sudoeste do Paraná, como no caso de Capanema, Verê e outros municípios que apresentavam problemas semelhantes.

O GETSOP ficou ligado diretamente à presidência da república, através da Casa Militar. Tal posição privilegiada e funcional provocou atritos entre as outras entidades ligadas aos problemas de terras. Mas, em compensação, recebeu o apoio da 5.^a região militar, pelo fato de estar ligado à Casa Militar. A área de atuação do exército fundamentalmente foi:

- cobertura de segurança, quando necessário, dispensando a polícia, mal vista na região desde 1957;
- deslocamento de um grupo da 2.^a Divisão de Levantamentos de Ponta Grossa para realizar as medições;
- deslocamento do 5.^o Batalhão de Engenharia para Francisco Beltrão, com a finalidade de construir o aeroporto.⁵³

Nesse espaço de tempo entre 1957 e a criação do GETSOP, segundo Deni Schwartz, não havia proprietário legal e, ao mesmo tempo, os colonos não se sentiam posseiros. Diante dessa realidade aproveitava-se o máximo possível das terras, principalmente a exploração da madeira, onde a maior parte das araucárias da região foi destruída.⁵⁴

Dessa forma, a responsabilidade pela depredação dessa riqueza, se deu devido a:

1. incúria do presidente Juscelino Kubitschek que, por motivos políticos, impediu, em 1957, a intervenção do exército na região;
2. A morosidade e, conseqüentemente, a indefinição do poder judiciário, para definir o verdadeiro proprietário da região;

⁵³ WACHOWICZ, 1985.

⁵⁴ SCHWARTZ *apud* WACHOWICZ, 1985, p.286.

3. O governo do estado do Paraná, que sempre deixou as coisas como estavam para ver como ficariam.⁵⁵

Cabe salientar que o GETSOP tinha como tarefa a medição e legalização das terras. No acordo entre Estado e União foi condicionado que a receita das vendas destas terras, com preços simbólicos, seriam revertidos em benefícios à própria região. Alguns recursos vinham da União e do governo do Estado, nesse sentido, o dinheiro não saía da região. Acabou servindo de incentivo para a agricultura, como a aquisição de milho híbrido, novidade trazida pelo GETSOP aos agricultores. Também, foram organizadas as patrulhas de mecanização agrícola, com tratores, todos adquiridos com os recursos citados.

Também o GETSOP regularizou mais de 270 serrarias existentes na época, que encaminhou junto ao Instituto Nacional do Pinho, um convênio para a regularização destas serrarias, que pagavam uma taxa, e esta era revertida também em recursos para a região.

Contudo, o ideal e o necessário para a época seria o fechamento destas serrarias, porém, seria uma atitude que poderia gerar problemas sociais e violência. Então, com a regularização junto ao Instituto Nacional do Pinho e o pagamento das taxas, iniciou-se a abertura de um horto florestal e início, também, do reflorestamento.

O GETSOP criou o Horto Florestal de Francisco Beltrão e distribuiu as mudas produzidas aos colonos, aos serradores e com isso melhorou e organizou as atividades de extração da madeira, especialmente do pinho, porém, mesmo sendo extinto o GETSOP, o Horto Florestal do município de Francisco Beltrão continuou suas atividades sob a guarda da Prefeitura de Francisco Beltrão.⁵⁶

Considerando todas as atividades realizadas pelo GETSOP, pode-se dizer que também trouxe à cidade paz, tranquilidade, segurança, pois além dos títulos concedidos aos posseiros contribuiu ainda com melhorias, construindo escolas nas comunidades do interior que não as tinham, melhorando as que existiam, abrindo estradas, repassando sementes a baixo custo e as mudas que eram comercializadas também a preços acessíveis.

⁵⁵ SCHWARTZ *apud* WACHOWICZ, 1985, p.286.

⁵⁶ SCHWARTZ, 2005, p.10.

Diante do exposto, pode-se dizer que o GETSOP auxiliou no crescimento do município, proporcionando melhores condições para a colonização, já que atuou legalmente na região, propiciando condições de educação, transporte, agricultura e comércio, pois com a legalização das serrarias o comércio de madeira passou a ser uma atividade regular.

Deni Lineu Schwartz, representante do Paraná junto ao GETSOP, no período de 62 a 73, também atuou como engenheiro chefe do mesmo grupo na cidade de Francisco Beltrão. Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná no período de 1969/1973; vice-presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira dos Municípios, e prefeito municipal de Francisco Beltrão no período de 1969/1972.

Com a abertura de novas estradas e melhoria das já existentes, e a implantação de outras serrarias (mais de duzentas em 1962 na área do GETSOP), na maioria ilegal, o pinheiro foi desaparecendo rapidamente.

O tipo de estrutura econômica na ocasião, não permitiu que o aproveitamento de tão grande reserva florestal carresse benefícios econômicos para o município. Apenas alguns madeireiros se fixaram com suas famílias na região, auxiliando o progresso local; a grande maioria transformou aquele que teria sido o primeiro fator importante de crescimento real da riqueza regional em bens pessoais nas longínquas cidades de onde vieram e para as quais voltaram.⁵⁷

Contudo, foi na agropecuária que se viu o futuro na época, não só no município, como em toda a região. A consolidação social permitiu ao agricultor encarar sua antiga 'posse' como propriedade e, como tal, passou a administrá-la. Os meios de comunicação e de transportes permitiram que ele se colocasse a par das conquistas tecnológicas e, apesar de lentamente, passou a absorver técnicas modernas. Já se pode falar em sementes selecionadas, em adubos, em inseticidas, em maquinaria agrícola, financiamentos, etc. a uma boa parte da população rural do município.

Na área da Educação, sempre junto com as prefeituras o GETSOP construiu diversos educandários especialmente no interior, tipo aquelas antigas escolinhas de madeira e sempre diretamente com as prefeituras com a melhoria, ajudando na melhoria dos professores nos salários naturalmente não podia, mas se olharmos a evolução da educação aqui na região o setor educacional

⁵⁷ SCHWARTZ, Deni Lineu. **Relatório da administração: gestão 1969-1973.** Francisco Beltrão, 1973. p.15.

na região, nós vamos ver que pelo menos na parte física o GETSOP deu uma grande contribuição, até hoje encontro pessoas e uma delas é o Pegoraro que tem o nosso jornal quando me encontra me diz que estudou numa escolinha lá no Verê, onde que o GETSOP construiu.⁵⁸

Há também o destaque do Departamento de Estradas e Rodagem (DER), que ficou permanente em Francisco Beltrão, criado pelo GETSOP, sendo uma das coisas mais importantes na região, pois no estado do Paraná só havia um distrito rodoviário em Pato Branco e com a aquisição de equipamentos, patrôas e tratores, foi iniciado este distrito rodoviário, o que possibilitou a melhoria das estradas na época, em apoio às prefeituras, beneficiando, em muitos aspectos, o município de Francisco Beltrão e demais municípios da região.

Após 52 anos da eclosão da revolta, comemorados em 2009, viu-se a apropriação pelo poder municipal deste acontecimento. No fechamento dos 50 anos, houve muita reverências, haja vista a construção de vários monumentos na região, homenageando os envolvidos. A memória é, neste momento, lembrada e oficializada com o sentimento de pertencimento.

Como rememoração desta trajetória histórica, alguns monumentos foram erguidos em homenagem aos pioneiros colonizadores, o primeiro deles que se tem conhecimento, embora não exista mais, é o Obelisco, um monumento que havia na praça, em homenagem a Julio Assis Cavalheiro. Por vários anos o obelisco ficou jogado, até desaparecer, provavelmente sob algum aterro. Houve uma tentativa, anos após, de mudar o nome da Avenida, que também leva o seu nome, para Dez de Outubro. Mas perpetuou-se o nome de Júlio Assis Cavalheiro, cidadão que trabalhou como empreiteiro na construção de estradas. Abriu a estrada entre a cidade de Pato Branco e a então Vila Marrecas, e foi contemporâneo do engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão.

O significado e análise desse e outros dois dos monumentos presentes na praça Dr. Eduardo Virmond Suplicy, apresenta-se como uma possibilidade para o estudo da história regional paranaense. Tendo em vista este objetivo, faremos uma discussão dialogando com a bibliografia para tecer argumentos sobre os conceitos: patrimônio, monumento, história e memória. Será o alvo do nosso próximo capítulo.

⁵⁸ SCHWARTZ, 2005, p.17.

2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO: MEMÓRIA E MONUMENTOS

Ao abrirem-se novos caminhos na pesquisa histórica, abre-se também a possibilidade da exploração de novas fontes e da aproximação da história com os monumentos agora caracterizados como documentos. Em decorrência disso, criou-se uma nova perspectiva na maneira de explorar o passado, não por ele próprio, mas para que possamos compreender a nossa realidade atual e mostrar como o presente se relaciona com o passado e o que a história se faz no cotidiano dos indivíduos e nas sociedades por eles constituídas.

Esta pesquisa partiu da análise de três monumentos da cidade de Francisco Beltrão, todas estão relacionadas à questão da terra. São eles: o Obelisco da praça Dr. Eduardo Wirmond Suplicy (1969); o monumento ao GETSOP (1972); e próximo da mesma praça, na Avenida Julio Assis Cavalheiro, o monumento comemorativo do Cinquentenário da Revolta de 1957, construído em 2007.⁵⁹ De certa forma, em tempos diferentes, remetem a uma mesma memória – a questão da posse da terra no sudoeste paranaense.

O presente capítulo visa refletir sobre patrimônio, história, memória e monumentos da cidade de Francisco Beltrão, principalmente aqueles que retratam fatos históricos na conquista pela terra. Para tanto, pretende-se desenvolver um diálogo bibliográfico e construir uma reflexão teórica no intuito de compreender as motivações sociopolíticas e os valores implícitos nos monumentos erigidos na cidade de Francisco Beltrão.

Realizamos o levantamento do patrimônio e dos monumentos, identificando suas procedências e significações. Bem como verificando a documentação que comprova suas construções para discutir a sua importância na composição e na organização pretendida para uma memória coletiva, além de aproximar a utilização dos "lugares de memória" e as estratégias de poder em torno desses monumentos construídos.

Enfrentar os desafios de compreender o homem através da memória e das representações presentes nos monumentos de Francisco Beltrão é o que se pretende, e para isso, fundamentaremos algumas categorias essenciais para a compreensão

⁵⁹ Julio Assis Cavalheiro foi um dos primeiros moradores em Francisco Beltrão.

da importância dos monumentos para uma cidade, entre elas: Memória, Identidade e Patrimônio Cultural.

Os monumentos exemplificam como aponta Le Goff, o modo como o aparecimento da escrita está ligado a duas profundas transformações da memória coletiva. A primeira é a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável, sob a forma da inscrição. A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente construído para tal fim.

Esse material da memória humana apresenta-se sob duas formas: monumentos e documentos. O monumento é o que tem poder de evocar o que já se passou, preservando recordações. O monumento segue a tendência de realizar-se em duas vertentes: uma obra de arquitetura e/ou de escultura, ou um monumento funerário que tem a função de fazer lembrar uma pessoa. O termo documento é também referido como prova, e muito usado no vocábulo legislativo. O documento apresenta por si só prova histórica; o documento é objetivo, logo se opõe à subjetividade, afirma-se como testemunho escrito, porém ele não fala por si, deve ser contextualizado e analisado.⁶⁰

Analisando-se monumentos pode-se recompor, a partir de suas características, como: tamanho; material; inscrições e datas, a história da localidade em que se encontra bem como o seu conteúdo o seu significado. São monumentos erigidos para uma comunidade de indivíduos a fim de comemorar ou relembrar às futuras gerações eventos, lutas entre outros, de acordo com o que se refere tal monumento.

Trataremos com detalhes necessários monumentos de Francisco Beltrão, dos quais se ocupa este trabalho, no capítulo final. Buscamos analisar os monumentos, cujos significados históricos referem-se à posse da terra, ou seja, relacionados à Revolta dos Posseiros, dentre os quais cita-se o monumento em homenagem ao GETSOP; aos pioneiros e ao cinquentenário da revolta de 1957.

O valor histórico de um monumento reside no fato de representar um momento particular, único, do domínio da criação humana, evocado pelo seu estado original mesmo que alterado pelo tempo. Porque ele não existe por si mesmo, reconta a história e aviva a memória. Nisso está a importância de acompanhar como se comportam as ideias de tradição e de monumento existente no patrimônio, sendo relevante o

⁶⁰ LE GOFF, 2003, p.526.

estudo de como estes bens patrimoniais, articulados às tradições, representam para a sociedade atual.

2.1 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

Embora Francisco Beltrão seja uma cidade jovem, emancipada em 1952, o que chama a atenção é o número de monumentos arquitetônicos, sendo identificadas vinte construções. Todas essas edificações ocupam o espaço urbano. O primeiro monumento, após a emancipação política de Francisco Beltrão, foi erigido por ocasião da inauguração da praça central Eduardo Suplicy, em 31 de janeiro de 1969. No decorrer dos anos, outros monumentos arquitetônicos foram construídos compondo lugares de memória no espaço urbano.

Buscamos refletir, também, sobre os componentes do patrimônio histórico cultural material e imaterial uma sociedade. O patrimônio histórico cultural divide-se em três grandes categorias: a 1.^a, pertencente à natureza; um 2.^o grupo refere-se ao conhecimento, ao saber, e ao saber fazer, às técnicas e à capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente. A 3.^a categoria, considerada de grande importância para melhor interpretar uma população, reúne os chamados bens culturais que englobam objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer. Nessa categoria inserem-se os monumentos históricos.⁶¹

Porém, com o passar do tempo o conceito de patrimônio adquiriu diferentes significados:

[...] podemos considerar que os bens patrimoniais são materialidades e práticas culturais que, ao serem contempladas e despertarem a reflexão destacam-se no tecido urbano e no conjunto das manifestações populares por mediarem distintos fatos históricos memoráveis [...] o sentido geral de patrimônio se compõe tendo como princípio estrutural os distintos tipos de elementos que presentificam o passado e encarnam um sentido de continuidade devido as suas particularidades.⁶²

⁶¹ LEMOS, 2004, p.8-10.

⁶² PELLEGRINO, Carlos Tranquilo. **Patrimônio cultural urbano**: de quem? para o quê? Disponível em: <www.naya.org.ar/congresso.2002>. Acesso em: 09 nov. 2008.

O termo patrimônio histórico está baseado no conceito de monumento histórico iniciado na Europa a partir da segunda metade do século XIX, difundindo-se progressivamente. A Revolução Industrial fez com que esse conceito recebesse uma abrangência universal. Enquanto processo que não se reverte, a industrialização, com suas transformações, necessitava guardar o passado que se dissipava com rapidez. Disso é que surgiu a proteção do patrimônio histórico.

As representações impressas nas obras arquitetônicas, monumentos, que integram o patrimônio cultural de um povo, trazem uma significativa contribuição ao conhecimento histórico e para a apreciação crítica no âmbito da ocupação de um território.

De acordo com Jacques Le Goff, a memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: aos documentos e aos monumentos. Esses materiais de memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador.⁶³

Conforme se depreende dessa reflexão, corroborada pela bibliografia que embasa esse trabalho, o objeto se constitui monumento a partir da identificação de um determinado grupo ou sociedade com o que está ali materialmente expresso, pois:

[...] o sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* ("advertir", "lembrar"), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva.⁶⁴

A pesquisa propõe-se a discutir essas representações em Francisco Beltrão e os seus significados. Quando falamos em representações de monumentos, as problemáticas que serão objetos da pesquisa, partem da perspectiva de que esses se inserem em determinados contextos políticos e sociais, muitas vezes transformados em hegemônicos pelo poder vigente local.

⁶³ LE GOFF, 2003, p.526.

⁶⁴ MACHADO, Neli Terezinha Galarce; LOPES, Sergio Nunes; WOLF, Sidnei. **Estudo sobre o patrimônio histórico na região do Vale do Taquari**: um estudo de caso no Rio Grande do Sul. p.1-10. Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=65008>>. Acesso em: 31 out. 2008.

A partir da noção clara do que pode ser considerado patrimônio, teremos ao menos algumas interpretações possíveis em relação às representações da ação humana ao longo do tempo, que em última análise, é o que atribui o status ao objeto do qual se ocupa, denominado Patrimônio Cultural Material. O patrimônio material ganha especial relevo quando se apresenta de forma monumental.

O monumento é uma criação com um propósito, uma destinação pensada. O monumento histórico não é apenas um artefato, um adereço, ele se liga ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas. Ele se insere na diversidade de documentos desvendadores de aspectos variados do fato histórico.

Os monumentos são criações humanas que servem de auxílio e aguçam a memória, despertando nas pessoas a lembrança de alguma coisa, fato ou pessoa. Monumentos são entendidos como parte do patrimônio da cultura de um povo ou nação, servindo de elo entre presente e passado continuamente, devendo, portanto, servir de meios de ligar as pessoas ao passado, porém, com sentido no presente. Não se trata, porém, das sobras do passado, mas da possibilidade de construir uma história cultural do que foi e que serve de alicerce para o que se é ou se tem hoje. Disso está a importância do patrimônio cultural de um grupo ou sociedade.

Porém, a compreensão de patrimônio vai além da "pedra e cal", tenha visto que envolve os patrimônios imateriais, intangíveis, conforme expõe o Decreto n.º 3551/00.⁶⁵ Da mesma maneira que a expressão patrimônio histórico e artístico é substituída por patrimônio cultural.

Patrimônio cultural em qualquer sociedade é sempre produto de uma escolha e, como toda escolha, tem um caráter arbitrário. Resulta da seleção de alguns elementos, enquanto outros seriam passíveis de esquecimento e destruição. Considerando que artefatos culturais são, em princípio, objetos dotados de funcionalidade que se teriam obsoletos para nós, o patrimônio cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos. Os símbolos precisam ser desconstruídos e interpretados para aprendermos o seu significado. Neste sentido são igualmente significativos os bens nacionais já consagrados, tanto quanto os regionais ou locais.⁶⁶

⁶⁵ BRASIL. Decreto n.º 3551, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. **DOU**, Brasília, DF, 07 ago. 2000.

⁶⁶ CAMARGO, 2002, p.96.

Esta reconstrução está subordinada às condições culturais vivenciadas no presente, apresentando um campo vasto de significados, embora com diferentes conotações, que se delineiam através de um determinado discurso histórico. Este campo de significados não é uma escolha arbitrária, ela organiza o valor social do bem patrimonial e depende dos juízos de valor que a ele serão ligados. Estes juízos é que determinarão que a valorização não seja apenas a partir das características físicas e materiais, mas também com a importância dentro do complexo quadro de referências.

O patrimônio cultural e histórico deve ser protegido, tanto pelos órgãos responsáveis como pela comunidade, porque faz parte da história dela e em conjunto com os órgãos responsáveis pode-se manter preservar todo e qualquer patrimônio, seja ele material ou imaterial. Haja vista que a própria Constituição Brasileira de 1988, em seu art. 216 afirma que

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.⁶⁷

A noção de patrimônio firma-se numa versão de história que concorda com ideias e opiniões devido à capacidade de referir-se a fatos que realmente aconteceram, transformando-os em marcos que se estabelecem ao presente. Estes marcos, destacados no tempo e no espaço, iniciaram momentaneamente a organização da história tal como foi contada.

O acervo patrimonial selecionado materializaria um ponto de vista social particular sobre determinado fato ou tema, recuperando velhos avatares perdidos na tradição. Assim, objetos revestidos de novas significações e imortalizados parecem ganhar vida, personificando relações humanas.⁶⁸

⁶⁷ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 8 de outubro de 1988. São Paulo: Ática, 1989, p.86.

⁶⁸ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais de tombamento e a escrita da história**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. p.28.

A história pessoal é uma especificação da história coletiva que cada geração relê e refaz seu patrimônio cultural de acordo com as referências socioculturais, nessa ligação, pode-se chamar de tradição. Assim, o patrimônio, como um artefato cultural inventado, adquire significados no processo de construção histórica.

Com a expressão patrimônio histórico, reviveram-se no presente os aspectos do passado. E ainda, indica elementos pertencentes e comuns à comunidade, ao Estado ou à nação. Assim sendo, as instituições e organizações internacionais difundiram o termo patrimônio a uma dimensão planetária quando criaram a categoria patrimônio histórico da humanidade. Esta, por sua vez, aponta à possibilidade de diálogo entre as culturas supondo que, embora haja profundas divergências, é possível estabelecer parâmetros e critérios comuns.

Remetendo a uma discussão teórico-metodológica supondo que a capacidade de produzir cultura, e ser produzido por ela, é característica de toda a humanidade. Define-se assim, como patrimônio a produção humana em sua totalidade estabelecendo uma relação dialógica com documentos, edificações, acervos e eventos de outras culturas até então desconsideradas pelas políticas de preservação.

Assim, sabe-se que o patrimônio fez e continua a fazer parte da sociedade a qual é constituída, ou seja, o patrimônio é construído pela sociedade e esta por sua vez, constitui-se em camadas sociais que de modos diferentes compreendem o que é patrimônio cultural e participam dessa reconstrução histórica, anulando, portanto, a expressão de que somente as classes superiores é que compreendem o que é patrimônio cultural.

Dessa forma, o patrimônio cultural quer registrar as manifestações que possuem significados importantes e existentes nas relações sociais, tanto os bens materiais quanto as expressões imateriais. Recuperando o princípio da concepção grega que percebeu que o mundo poderia considerar-se sob diversos ângulos.⁶⁹

O patrimônio possibilita a visão de tradição como forma discreta que une um espaço-tempo. Ele muitas vezes se confunde com a tradição, sendo que esta impõe-se ao presente como algo ganho, já que tendo garantido como foi o princípio quer determinar o futuro. À medida que se fundamenta nas garantias, que não se pode

⁶⁹ KERSTEN, 2000, p.32.

duvidar, porque tem como testemunho o passado vivido e tido como verdadeiro, dessa forma, a tradição constitui quase uma lei, uma imposição.

Visto assim, compreende-se que tradição é um conjunto de valores que se estabelece na sociedade, nos quais os indivíduos estão inseridos, demarcando limites no comportamento humano. Sendo uma cultura viva, aparece como um exemplo a ser seguido. Neste sentido, a tradição se faz presente no patrimônio como resultado da relação complexa e dialética entre duas modalidades de percepção: a primeira, como fato da consciência individual que destaca o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido; a segunda seleciona, porque implica distinções com muitas possibilidades sociais bem como das experiências históricas.⁷⁰

O que acaba passando de uma noção individual, para algo de interesse comum, transcendendo a individualidade e apontando para o coletivo, ou seja, tira do individual e passa para o interesse de um grupo ou de uma comunidade, como algo que pertence a estes. É esta noção de pertencimento que une as pessoas ao redor de ideais comuns e projetos sociais.

No Brasil, como na América Latina, as políticas patrimonialistas se interessaram em trabalhar com um patrimônio culturalmente representativo, que tivesse semelhança com a verdade histórica. Neste âmbito, são inseridos os eventos culturais como movimento turístico que compreende as ações educacionais, comunitárias e sociais que promovem o acesso amplo de cidadãos aos bens e serviços da cultura. A palavra patrimônio originalmente está relacionada à herança familiar, diretamente aos bens materiais. Nesse sentido, a palavra patrimônio indica uma escolha oficial, envolvendo exclusões e também significa algo que se construiu para ser a representação do passado histórico e cultural de uma sociedade.⁷¹

No século XIX, quando, na França, o poder público instituiu as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor histórico às nações, o uso de patrimônio passou a estender-se aos bens protegidos por lei e pelos órgãos especialmente constituídos, nomeando, assim, conjunto de bens de uma nação. A criação de patrimônios nacionais

⁷⁰ FUNARI, Pedro Paulo A.; PINSKI, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2007. p.16.

⁷¹ *Ibid.*, p.15.

foi intensificada, servindo para referenciar comumente a todos que habitavam um mesmo território, unificando-os ao redor de interesses e tradições comuns, o que resulta na imposição de uma língua nacional, de costumes nacionais, de uma história nacional, sobrepondo-se às memórias particulares e regionais. Constituindo uma coleção simbólica unificada, que procurava igualdade cultural a todos, mesmo que os grupos sociais e étnicos em um mesmo território sejam constituídos de uma diversidade cultural. O patrimônio tornou-se uma construção social de fundamental importância.

Ao falar em patrimônio nesta pesquisa, nos referimos a uma parte dos bens culturais, ou seja, o patrimônio histórico-arquitetônico. Essa noção tem sido, ao longo do tempo, substituída por outra, de maior amplitude; o patrimônio cultural, envolvendo o patrimônio ambiental, haja vista que se concebe hoje, o ambiente como um produto da ação dos homens e da cultura. A construção do patrimônio cultural depende das concepções que cada período tem a respeito do que, para quem e por que preservar, o que resulta da negociação que envolve cidadãos e poder público. O significado de patrimônio também pode ser modificado de acordo com as circunstâncias do momento.

A partir da década de 70, foi verificada a valorização do patrimônio cultural como fator da memória das sociedades. Entende-se hoje que, além de apresentar o conhecimento do passado, os restantes materiais de cultura acabam testemunhando as experiências vividas, do grupo ou individualmente permitindo aos indivíduos a lembrança e ampliação do sentimento de pertencimento ao mesmo espaço, partilhando a mesma cultura e desenvolvendo a percepção de muitos elementos comuns, os quais fornecem sentido de grupo compondo a identidade coletiva.⁷²

Assim, acredita-se que ao preservar o patrimônio cultural, como objetos; documentos escritos; imagens; traçados urbanos; áreas naturais; paisagens ou edificações, entre outras, está se garantindo que a sociedade obtenha oportunidades de conhecer a si própria.

Contudo, pensar na herança cultural como um lugar de memória vai ao encontro da prática de preservação do patrimônio estabelecida no país na década de 1930, como um rumo que as atividades de turismo no Brasil assumiriam. O que se deve a fatores complexos, estruturados nas políticas públicas direcionadas à proteção do patrimônio a própria concepção do que é cultura e história. Como nosso

⁷² FUNARI; PINSKY, 2007, p.17.

país traz uma herança escravista, a qual não vê o trabalho como forma de criação de valores culturais, os objetos que são dignos de proteção estavam até recentemente, relacionados à colonização e às classes proprietárias, que excluía os que não eram proprietários.

A História do Brasil quando começou a ser escrita, reforçava a exclusão e as diferenças sociais que existiam na sociedade. Nesta história escrita os negros e brancos pobres nos livros escolares eram vistos como trabalhadores, porém não como construtores de cultura, a qual cabia a poucos, ou seja, aos brancos e proprietários, que tinham acesso a educação e a cultura europeia, que era modelo na época. Distanciando o patrimônio cultural da maioria da população brasileira, já que essa não se reconhecia neste patrimônio cultural. Situação que se prolongou até a década de 1980, quando os movimentos sociais que buscavam a democratização do país e o efetivo exercício dos direitos de cidadania, segmentos sociais e étnicos, tiveram reconhecimento dos seus papéis de construtores da sociedade, da história e da cultura brasileira.

Destaca-se a importância da preservação do patrimônio apresentando indícios das diferenças culturais e sociais vividas nas sociedades referentes. Assim, pode se dispor de um referencial histórico permitindo a reconstrução de aspectos culturais da população, invisibilizada, e a importância de sua contribuição que está presente, porém, sem a devida importância.

A ausência de conflitos e diferenças não passa de idealização do passado, uma visão idílica dos donos do poder, daqueles que controlam a preservação da cultura material, acostumados com o exercício do mando e com a expectativa de obediência por parte daqueles que devem fazê-lo e que são sua ótica, simples néscios.⁷³

A memória, como propriedade que conserva informações, nos remete ao conjunto de funções psíquicas com as quais o homem atualiza impressões ou informações do passado ou que a representam. Muitos teóricos e historiadores buscam formular teorias e respostas satisfatórias sobre o intelectual humano, desde

⁷³ FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia e patrimônio**. Erechim: Habilis, 2007. p.73.

a antiguidade até a contemporaneidade, e, portanto, os conceitos sobre história, tempo e memória persistem nos discursos ideológicos.⁷⁴

Porém, a memória coletiva e individual muda através da utilização das fontes orais, já que estas fontes não necessitam obedecer a ordem cronológica, onde as narrações podem ocorrer sem clareza dos fatos. A partir dela é que esses sentimentos são construídos num determinado tempo, mesmo que fora de seu tempo acabando por reconstruir um determinado momento histórico.

Sabe-se, no entanto, que a memória é algo seletivo, nem sempre os fatos são lembrados e mesmo quando o são, contam com o filtro da interpretação e dos esquecimentos, e isso é inerente a memória humana. A partir disso é que se entendem as datas como algo condicionante ao passado e, conseqüentemente, com a memória. As sociedades nutrem e valorizam a memória por meio de atos coletivos, que cultivam valores étnicos e culturais.

Com isso, o tempo é produzido pelos homens de formas distintas no decorrer da história, sendo que, cada tempo na história é marcado por características específicas do contexto. Nesse sentido, os monumentos são de certa forma, componentes que nasceram da história, por meio da memória, do fato ao qual caracterizam.

2.2 MONUMENTO E MONUMENTOS INTENCIONAIS

Os monumentos são edificações ou construções que retratam a memória de determinado fato, pessoa ou povo, e buscam perpetuar uma imagem do fato. Como exemplo, os obeliscos egípcios, os arcos do triunfo dos romanos, as lapides tumulares, as estátuas de personagens, entre milhares de outros espalhados, sobretudo, pelas cidades. São, no entanto, elementos comemorativos.⁷⁵ Sabe-se, porém, que há monumentos que são destruídos por motivos variados, por serem símbolos que se quer apagar da memória.

⁷⁴ FUNARI, 2007, p.79.

⁷⁵ CAMARGO. 2002, p.24.

Há monumentos que possuíam um significado no momento em que foram erigidos, mas com o passar do tempo, inverteram-se estes significados. A cultura da sociedade diferencia-se também, então o que era para ser uma homenagem passou a refletir uma mensagem de significado invertido para a sociedade daquele momento. Como exemplo, citamos o obelisco construído em homenagem a Júlio Assis Cavalheiro que foi destruído pelos posseiros após a expulsão dos jagunços e das companhias na Revolta de 57. Não há uma nitidez dos fatos para concluir o motivo que levou os posseiros a derrubar a estrutura. As imagens sugerem que possa ter sido uma forma de apagar da memória os fatos ocorridos na época.



FOTO 1 - DERRUBADA DO OBELISCO, 10 OUT. 1957
FONTE: Revista O Cruzeiro - 1957. In: Jornal de Beltrão – Suplemento Especial, 10 out. 2007

Este monumento erigido em homenagem ao pioneiro Cavalheiro e foi destruído na época da revolta. No dia 11 de outubro de 1957 foi tombado e arrastado por

colonos insuflados até a residência de Júlio Assis Cavalheiro, onde foi soterrado, simbolizando um "enterro"⁷⁶. Há evidências de que os colonos/posseiros entendiam que este pioneiro, por ser um dos grandes proprietários da época que vendia suas terras aos colonos, tinha relações com as companhias responsáveis pela situação adversa que enfrentaram. Então, por ser um monumento que lembrava o fato, resolveram derrubá-lo e assim o fizeram em 11 de outubro de 1957. Supomos que ao derrubar o obelisco, aquelas pessoas tenham atribuído ao mesmo um efeito de sentido, ao identificar o mesmo com o um personagem da violência social que sofriam.

Os monumentos se apresentam como uma forma de indivíduos, grupos e acontecimentos permanecerem vivos na memória do povo. É esse o objetivo que se pretendeu com a construção do monumento em homenagem aos posseiros que mudaram os rumos da história do sudoeste com a revolta de 1957.

E essa forma de manter a história na memória do povo é uma construção cultural que busca perpetuar algo ou alguém. Para tanto, criam-se monumentos, escreve-se livros, produz-se arte, para que outros vejam, lembrem, enfim, mesmo que faça parte do passado, permanece vivo na memória de um povo através da história escrita, oral ou pelos monumentos e obras de arte.

Devido à dimensão coletiva, a memória vai além da lembrança, pois a partir do momento que se coleta dados em entrevistas, pesquisas ou pelos monumentos, acaba-se construindo um documento histórico.

A memória, porém, tende a envolver principalmente os elementos que encontram-se registrados nas inscrições grafadas desde a antiguidade que formam-se os monumentos, os quais revelam um fato específico, conforme Le Goff, a memória é um "monumento comemorativo de um acontecimento memorável"⁷⁷.

As mais novas interpretações, métodos e fontes de pesquisa, trazem diferentes reflexões, as quais indicam como as representações de poder podem estar ligadas aos lugares de memória e aos monumentos, possibilitando perceber nessa relação jogos de poder, a formação de identidades e de espaços de pertencimento nas sociedades atuais.

⁷⁶ FRANCISCO BELTRÃO-PR. Julio Assis Cavalheiro 1910-2010. **Caderno Cultural**, Francisco Beltrão, ano V, n.9, p.11, 2010. (Projeto Memória).

⁷⁷ LE GOFF, 2003, p.431.

Pollak aborda esse tema em uma Conferência de 1987, no CPDOC:⁷⁸

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo [...] Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.⁷⁹

Dessa forma, a história representa a reconstrução problematizada do que aconteceu, embora necessitando de análise crítica manifestada através de um grupo, podendo haver memórias individuais e coletivas; faz parte da interiorização do homem, da sua proximidade com a família ou grupos sociais, portanto, é uma construção social. A história aliada à memória serve para reforçar laços identitários na sociedade. Por isso mesmo a memória é passível de usos e manipulações, destacando alguns aspectos ou minimizando outros de acordo com conveniências ditadas pelo momento.

A história e a memória valorizam o tempo presente através dos monumentos, dos marcos, de um símbolo do passado, dando significado a ele. Assim, aproxima-se o presente e o passado através dos "lugares" de memória. Elas se tornam reapropriação coletiva, sem desvincular-se do presente.

No entanto, "a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens"⁸⁰. Para isso, é necessário a valorização das memórias individuais e, conseqüentemente, dos lugares de memória.

Também é pertinente uma discussão em torno do conceito de identidade, posto que a memória e história construída por meio dos monumentos se relacionam com a cultura e identidade de uma sociedade. A identidade é construída pela sociedade que, ao identificar-se com o meio em que vive constrói-se e assim, sua cultura está envolvida com esta identidade construída, ou seja, o momento vivido pela sociedade, como exemplo, a revolta de 1957, que fez com que a maioria construísse sua

⁷⁸ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro.

⁷⁹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.2, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2008.

⁸⁰ LE GOFF, 2003, p. 471.

identidade da forma como viviam, como colonos/posseiros, porém, na mesma época, construiu-se outras identidades, como os políticos, que da situação de participantes aliados aos colonos deram início a carreira política, identidade essa construída nos ideais da ocupação do território, bem como, da legalização das terras.

A questão da identidade é algo fundamental para o trabalho com a memória. A revolta dos posseiros foi um acontecimento que, devido sua importância para os moradores do sudoeste paranaense, tornou-se um símbolo histórico, marcando a identidade coletiva da região. Essa memória coletiva de vitórias acabou por influenciar na formação da identidade pessoal dos participantes da revolta.⁸¹

A ideia de identidade foi construída a partir da crise de pertencimento que atravessa o mundo moderno, transformando-se em obrigação a ser cumprida num determinado espaço territorial, numa atitude de coação e de convencimento pelo Estado, em sua consolidação como instituição.

Porém, é preciso que se reconheça que toda identidade é simbólica, não existindo uma identidade autêntica, mas uma diversidade de identidades que são construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos.

Ao ser transportado para a realidade regional, se fala muito na busca da identidade paranaense. Essa identidade foi discutida e lembrada em diversos momentos da história do Paraná, desde a sua emancipação política, em 1853, com o ápice da discussão se efetivando em meados da década de 1950, através do movimento "paranista".

A construção da identidade paranaense está marcada pela produção cultural a partir dos anos de 1920, liderada por intelectuais como Romário Martins, unificados no intuito de constituir uma identidade específica, divulgando a história do estado e "inventando" tradições, acreditando que o progresso, o desenvolvimento social e a modernidade seriam fundamentais para consolidação dessa ideia. Porém, esse movimento foi mais intenso na região próxima à capital do estado.⁸²

⁸¹ AMÂNCIO, 2009, p.21.

⁸² BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. p.69-70.

Já na região sudoeste, que foi colonizada mais recentemente, a partir da década de 1940, essa discussão ganha prioridade a partir de formação de vários municípios, entre os quais Francisco Beltrão, no ano de 1952.

Nesse sentido, serão discutidas as formas como se deu essa construção identitária da cidade de Francisco Beltrão, relacionando-a com as outras regiões do estado, em suas contradições e semelhanças, a partir dos monumentos. Tendo em vista a carência de pesquisas historiográficas sobre o tema proposto, discutiremos as representações, a memória e a história dessa localidade, para entender como as relações sociais acontecem no interior das sociedades num nível mais abrangente. Para fins de esclarecimento, o próximo capítulo analisa os monumentos arquitetônicos existentes em Francisco Beltrão nos dias atuais, que tomamos como monumentos intencionais e são o foco do presente trabalho.

Monumentos intencionais, a raiz da palavra de origem latina nos remete a momento ou lembrança. Os monumentos, comumente falando, são edificações ou construções que pretendem perpetuar a memória de um fato, de uma pessoa, de um povo. Estão nesta categoria os obeliscos egípcios, os arcos de triunfo dos romanos, as lápides tumulares, as estátuas de personagens, etc. Em suma, elementos co-memorativos.⁸³

Também os monumentos intencionais podem ser considerados monumentos históricos, bens patrimoniais, ou seja, teriam uma característica simbólica que ultrapassa o significado primeiro e intencional.

Riegl define o que seja monumento, diferenciando os monumentos intencionais daqueles não-intencionais. "No senso mais antigo e verdadeiramente original do termo", monumento, para o autor, é uma obra criada pelo homem com o objetivo de preservar e manter presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de uma ação ou destino. Nesse sentido, o monumento, em seu sentido original, relaciona-se com a manutenção da memória coletiva de um povo, sociedade ou grupo.⁸⁴

⁸³ CAMARGO, 2002, p.24.

⁸⁴ CUNHA, Claudia dos Reis e. **Françoise Choay Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos.** Resenha. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha141.asp>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

Como ressalta Françoise Choay:

A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. [...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.⁸⁵

A intenção que se aplica aos monumentos está relacionada à memória, no momento em que traz à tona fatos do passado, lembrando que a memória é sempre uma reconstrução do passado. O que leva a reflexão sobre o significado dos monumentos, enquanto sentido de manter viva a história de uma sociedade, construindo sua identidade por meio de sua história vivida. Essa construção é possível e viável quando da sua integração com o passado, com a história que se fez e se faz a cada momento de uma sociedade.

A criação dos monumentos intencionais remonta às épocas mais antigas da cultura humana embora não tenha parado de ser produzido, a sociedade moderna não se refere a este tipo de monumento quando se utiliza do termo, mas sim, aos monumentos artísticos e históricos, que são os monumentos não-intencionais. "Não é sua destinação original que confere a essas obras a significação de monumentos; somos nós, sujeitos modernos, que a atribuímos"⁸⁶.

O monumento histórico é uma criação da sociedade moderna, um evento histórico que se localiza no espaço e no tempo. Depois de certo período que se conhecia apenas os monumentos intencionais, a partir do século XV na Itália, as obras da Antiguidade começam a ser valoradas por suas características artísticas e históricas, não mais apenas por serem símbolos ou memoriais das grandezas de Grécia e Roma. É a partir disso que verifica-se o nascimento de um novo valor na memória, deixando de ser coletiva, levando em consideração o valor histórico e artístico.

⁸⁵ CUNHA, 2010.

⁸⁶ *Id.*

Os monumentos podem ser classificados em duas categorias: os intencionais e involuntários, que não estabelecem ligação entre passado e futuro. Assim sendo, sua base está em satisfazer as exigências práticas e ideais do indivíduo, seus contemporâneos e seus herdeiros. O valor de memória, anexado a ele, é uma criação do sujeito moderno, porque o sentido e o significado do monumento não derivam sempre de sua distinção original.

Para compreender esta argumentação, leva-se em consideração a relação entre monumento e memória, que são definidos em três classes: os intencionais, os históricos e os antigos (não-intencionais). Essa classificação mostra que a história da conservação dos monumentos passou por um processo de sucessiva generalização. As três classes são:

- Intencional: obra à qual é conferida a função expressa de fazer lembrar um momento preciso do passado (ou um conjunto de tais momentos);
- Histórico: obra que se refere a um momento determinado, mas cuja escolha depende de uma vontade subjetiva;
- Antigo: obra que, independente de seu significado e de sua destinação, demonstra ter existido muito antes do presente.⁸⁷

Sejam eles monumentos celebrativos ou intencionais conforme a categoria apresentada pela autora da resenha são obras que surgem especificamente à memória, que se estabelece desde a sua idealização. Porém, não é um valor atribuído a *posteriori*, como os monumentos históricos ou artísticos.

Dentro desta perspectiva, pode-se refletir sobre a divisão comum do termo em duas vertentes: monumentos históricos e artísticos. Considerando como verdadeiro monumento as obras que, desde a sua concepção, possuem função memorizadora, que eternize certa memória coletiva, atos ou acontecimentos, o qual chama de monumentos intencionais, que pelo valor de rememoração intencional garante o pertencimento da obra ao espaço urbano em que são erigidos e que trata da memória e identidade da cidade.

⁸⁷ RIEGL, Alois. Il culto moderno dei monumenti: il suo carattere e i suoi inizi. Bologna, Nuova Alfa Editorial, 1985, p.30-31;33 *apud* FABRIS, Annateresa. **Fragmentos urbanos**: representações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 2000. (Coleção Cidade Aberta). Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

Segundo Riegl, "Num primeiro momento, que se estenderia dos primórdios da história da cultura humana até o fim da Idade Média, teria prevalecido a edificação dos 'monumentos intencionais' [...]" segue ainda, "[...] criados pela vontade de alguns visando, sobretudo a exaltação patriótica e/ou a comemoração de um evento importante e, por isso, possuidores de um valor de rememoração intencional". Riegl aponta também que é a partir do período renascentista e da revalorização da arte e história da antiguidade clássica, que os monumentos passaram a ter um valor mais forte.⁸⁸

Isso mostra que a história dos monumentos está sendo construída desde os primórdios da cultura humana e até o momento presente, embora apresentem em cada período uma definição e objetivos diferentes, porém, de qualquer forma, a intenção está em manter viva na memória da sociedade atual o que foi cada um dos momentos históricos que definiram e conceituaram os monumentos.

Na definição de Le Goff os monumentos intencionais "são mensagens voluntárias para o futuro e em Portugal Alexandre Herculano já os considerara uma lembrança do passado. Ao pontuar o espaço os monumentos corporizam poderes e memórias que circulam na sociedade e que os cidadãos partilham"⁸⁹.

Por assim serem entendidos os monumentos intencionais e não-intencionais dependem do valor comemorativo. Primeiramente da consciência histórica que resulta do ponto de vista normativo, pois não reconhecia o progresso. Não existindo nenhuma distinção entre o novo e o antigo. Os não-intencionais possuíam a consciência do progresso histórico, e isso exige que o monumento seja reconstruído com precisão dando-lhe uma aparência de novo.

Considera-se assim, que a existência de monumentos intencionais está relacionada a um objetivo prévio e explícito, enquanto os não-intencionais levam a interpretação diversa, que depende do nível de conhecimento e cultural de quem o interpreta.

⁸⁸ RIEGL, Aloïs. *Le culte moderne des monuments: Son essence et sa genèse*. Paris: Éditions du Seuil, 1984 *apud* RODRIGUES, Cristiane Moreira. **Cidade, monumentalidade e poder**. Disponível em: <www.uff.br/geographia>. Acesso em: 04 jan. 2010. p.47.

⁸⁹ LE GOFF *apud* PINHEIRO, Magda. **Revoluções liberais**: memória e construção do nacionalismo em Portugal. Disponível em: <<http://iscte.academia.edu>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

Os monumentos históricos remetem a um momento particular do passado e a escolha determina-se pela preferência subjetiva dos sujeitos do presente. O valor histórico leva em consideração a situação do monumento no tempo, já que os que o produziram, buscam satisfazer as necessidades de seus contemporâneos, bem como as exigências de idealização. Assim sendo, um monumento não foi construído especificamente para ser perpetuado às gerações futuras.

Todo monumento de arte é também histórico, à medida que representa um "[...] determinado estágio da evolução das artes plásticas, do qual não é possível encontrar, em sentido estrito, um equivalente"⁹⁰.

Entende-se, por outro lado, que um monumento histórico também seria artístico, já que comportaria vários elementos artísticos. Como exemplo, "uma folha de papel com escrita que, além das informações que podem ser lidas no texto, permite inúmeras outras leituras, desde o desenho dos caracteres até a própria forma e qualidade do papel utilizado". Neste tipo de documento, seu conteúdo intervém tanto pelo valor do mesmo como pelo que pode dizer de sua época, seja pela peculiaridade da língua e valores culturais que expressa. Neste sentido, conclui que os monumentos conservados não seriam só os históricos, mas também os antigos, que teriam a qualidade de artísticos.⁹¹

Ainda conforme Riegl,

O monumento não é mais que um substrato sensível, necessário para produzir sobre o espectador essa impressão difusa suscitada, no homem moderno, pela representação do ciclo necessário do devir e da morte, da emergência singular, que escapa ao geral, e de seu progressivo e inelutável retorno ao geral. Esta impressão não implica, de modo algum, uma análise científica nem parece depender de uma cultura histórica. Ela põe em jogo apenas a sensibilidade e a afetividade e pretende não se dirigir exclusivamente às pessoas cultivadas a quem necessária e unicamente a conservação histórica dos monumentos diz respeito, mas também às massas, a todos os indivíduos, sem distinção de nível cultural. Nesta pretensão a ter uma validade universal, que ela divide com os valores sentimentais da religião, reside a significação profunda – e da qual é ainda impossível medir as conseqüências - deste novo valor de rememoração, que chamaremos, daqui por diante, 'valor de antiguidade'.⁹²

⁹⁰ RIEGL *apud* KERSTEN, 2000, p.37.

⁹¹ *Ibid.*, p.37-38.

⁹² *Ibid.*, p.39.

Dentro dessa perspectiva, fica evidente a importância de como se comportam as ideias de tradição e de monumento presentes nos discursos do patrimônio, ressaltando que o relevante é estudar o que os bens patrimoniais, articulados as tradições, representam no imaginário das comunidades que os atualizam.

A invenção da tradição apresenta três novidades principais que são importantes. A primeira foi o desenvolvimento de um equivalente secular da igreja – educação primária, imbuída de princípios e conteúdo revolucionário e republicano. A segunda foi a invenção das cerimônias públicas. Como exemplo, o Dia da Bastilha, criado em 1880. E a terceira foi a produção em massa de monumentos públicos, que se relacionam com as tradições da época.⁹³

Assim, as tradições inventadas possuem funções políticas e sociais importantes, pois não teriam nascido se não pudessem adquiri-la. Ficando evidente que a intenção de usá-las e de inventá-las serve para a manipulação. Contudo, fica claro que a manipulação é daqueles que exploram práticas oriundas de uma necessidade sentida por determinado grupo, isso faz com que se entenda que os monumentos articulados às tradições, são, portanto, intenções políticas daqueles que podem articular e manipular o momento.

Contudo, a memória não pode ser vista como um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, com méritos secundários para as ciências humanas. Falar sobre memória é falar de edificação de referenciais sobre o passado de distintos grupos sociais fundamentados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais.

Apesar do silêncio, quase integral, nas atas e relatórios oficiais dos governos municipais, entendemos que os monumentos de Francisco Beltrão são fontes presentes, reais e muito podem nos fazer entender as sociedades dos homens e mulheres que constituíram e constituem a vida individual e coletiva desta jovem cidade paranaense.

Tendo em vista isto, buscamos analisar os monumentos, cujos significados históricos referem-se a cidade de Francisco Beltrão e, relacionados à questão da terra, ou seja, os que tem como "pano de fundo" a *Revolta dos Posseiros*, conflito que

⁹³ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.279.

se desenvolveu intensamente em várias cidades do sudoeste paranaense e culminou em Francisco Beltrão, como mostramos na discussão central do capítulo anterior.

Historiadores e sociólogos como Wachowicz, Gomes e Lazier, que já pesquisaram a região sudoeste, registram que a cidade de Francisco Beltrão foi colonizada a partir do início da década de 1940, com a criação da CANGO. Sabe-se também que os estados que mais teriam contribuído para o povoamento dessa região foram o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com os descendentes de europeus que vieram em busca de terras, já que naqueles estados elas haviam se esgotado.

Durante o governo de Getúlio Vargas, os colonos gaúchos foram incentivados a se transferirem para as terras do sudoeste do Paraná. Assim, Francisco Beltrão, entre tantas outras localidades, passou a receber grande levadas de gaúchos e catarinenses. Essa foi uma realidade que persistiu até o início da década de 1970, quando a região passou a receber imigrantes de várias regiões do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais e do nordeste em geral.

Os primeiros colonos que chegaram, através de suas atuações no poder público, deram início ao projeto de preservar a sua "identidade" e impedir seu esquecimento, criando marcos duradouros, de homogeneização cultural, através da construção de uma "necessidade de memória". E, para justificar a apropriação coletiva da memória, constroem os monumentos, religiosos ou privados, como bustos, placas, arcos, demarcando seus valores na constituição da memória.

Nesse sentido, pretendemos analisar se houve efetivamente a apropriação da referida "hegemonia cultural", de uma ideia de "eterno", no momento em que se comemorou o cinquentenário de uma data simbólica, um marco na história do município, no ano de 2007, conhecido como a *Revolta dos Posseiros* no Sudoeste do Paraná, para discutir as diversidades que se referem às representações de poder presentes em alguns monumentos da cidade.

3 OS MONUMENTOS DE FRANCISCO BELTRÃO: FONTES PARA A HISTÓRIA

Os monumentos também podem ser vistos como textos e como símbolos que produzem significados diferenciados, fazendo parte da construção cultural, denominado por Eric Hobsbawm como "tradição inventada". Uma estátua irrelevante passa a ter um valor histórico inquestionável quando ligada a um passado imemorial, de honra e glória. A invenção das tradições pode estar a serviço de justificar a ideologia ou os grupos dominantes, para imaginar uma unidade nacional. Na Inglaterra não há chefe de estado que tenha maior cerimonial do que a rainha Elizabeth II. As sociedades modernas atuais ainda precisam de mitos e rituais.⁹⁴ É um espetáculo que se mantém há séculos.

É escassa a bibliografia sobre a memória da *Revolta dos Posseiros* do Sudoeste do Paraná, e em especial Francisco Beltrão. Há uma carência de bibliografia local específica, que aborde esse tema e que analise os monumentos do município.

Fazemos uma reconstrução histórica partindo da interpretação das fontes que alicerçam a pesquisa neste capítulo. As referências são documentos catalogados, e especialmente o trabalho com o registro da imagem de cada monumento, que foram fotografadas após várias visitas *in loco*. Esta observação junto ao monumento possibilita-nos construir dentro da narrativa histórica, argumentações sobre estas construções de representação e ressignificação do passado na cidade de Francisco Beltrão. A análise e interpretação dos significados nos remetem à questão da terra e sua relação com a história local e regional, entre os anos de 1969 a 2007. Obedecendo ao objetivo principal do trabalho, podemos definir "monumento" como derivativo do verbo latino *monumentu*, que significa "obra ou construção que se destina a transmitir à posteridade a memória do fato ou pessoa notável"⁹⁵. Sua finalidade implícita é criar uma memória, recordação, lembrança e também instruir.

⁹⁴ CANNADINE, David. Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e a 'invenção da tradição'. HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.112.

⁹⁵ DICIONÁRIO AURÉLIO. 2005. Disponível em: <www.dicionarioaurelio.com>. Acesso em: 09 fev. 2010.

Há uma ausência de narrativas históricas que tenham explorado esta temática e a sua relação com a história de Francisco Beltrão, para tanto nos propomos iniciar um debate teórico sobre o tema, utilizando conceitos como patrimônio, memória, história e representações. Todos estão articulados aos contextos sociais em discussão, em diferentes recortes temporais, de forma a contribuir para este estudo. Segundo Hobsbawm, "[...] todas as manifestações culturais que podem ser tratadas como textos, ou que podem ser tratados como manifestações culturais, exigem-se uma descrição ampla e não restrita". Complementa ainda que "[...] Não significa apenas obter informações adicionais, é também uma preparação para que tenhamos uma compreensão melhor de seu significado do que a que poderíamos talvez obter a partir da simples leitura do texto em si"⁹⁶.

Ressaltamos novamente que os três monumentos objeto de análise do presente trabalho estão localizados na região central da cidade de Francisco Beltrão. Estes monumentos foram construídos pelo poder público local em diferentes períodos, relacionados politicamente e economicamente a questão da terra. E é por isto que eles nos interessam.

Como fonte para a pesquisa, utilizamos também artigos de periódicos de circulação local, relatórios de governo, revistas e também duas peças teatrais que apresentaram de forma lúdica uma visão da história da ocupação e da revolta de 1957. Essas peças foram nomeadas de "O último dia de Marrecas" e "A revolta dos posseiros". Ambas foram escritas por Ivo Pegoraro que, em recente entrevista, relata que para a montagem dos respectivos trabalhos teatrais. Segundo entrevista concedida em 14 de julho de 2010, as duas peças teatrais foram criadas a partir de entrevistas feitas com pioneiros e/ou seu familiares, que chegaram em Francisco Beltrão até 14 de novembro de 1951, para serem publicadas no Jornal de Beltrão de 13 de dezembro de 1991 no suplemento "Os Pioneiros".

Contudo, faz-se necessário analisar o espaço territorial de Francisco Beltrão, aonde poderão ser evidenciadas as características da sua formação social e econômica, e as origens históricas dos moradores. É preciso relacionar essas formações com o ambiente social, político, econômico e cultural específico e que dá sustentação ao objeto, o que fizemos em capítulo anterior. No caso de monumentos, que são por

⁹⁶ CANNADINE, 1997, p.114-115.

definições estáticas, seu significado só se altera com o tempo devido a modificação do contexto. Outra ressalva é a necessidade de valorização do patrimônio historicamente constituído.

Para tanto, os conceitos de território, espaço, paisagem, identidade e patrimônio foram fundamentais, através dos quais identificamos possibilidades para o desenvolvimento, considerando a necessidade de preservação da cultura, bem como da complementaridade entre o espaço urbano e rural. A produção desses espaços urbano e rural de Francisco Beltrão gerou um patrimônio territorial, material e imaterial, resultado dos processos envolvidos na sua formação, como o seu contexto histórico e econômico da luta pela terra.

A utilização de jornais como fonte histórica é uma prática que vem aumentando significativamente entre os historiadores, e deve se ter cuidado ao utilizar esse tipo de fonte. A linguagem escrita também reproduz ideologia e os jornais citadinos representam várias opiniões entre elas a dos proprietários; diretores e colunistas. A informação publicada nos periódicos está, em sua essência, carregada de parcialidade, de forma explícita em alguns momentos e em outros de forma sutil. Este tipo de informativo diário não é imparcial, nem neutro, uma vez que representa a visão daquele que está produzindo a notícia.

Alguns dados para esta pesquisa estão em jornais de Francisco Beltrão, destaca-se que em 2007, no cinquentenário da Revolta, o Jornal de Beltrão (Francisco Beltrão) e o Diário do Sudoeste (Pato Branco) produziram um encarte especial sobre a ocupação do território nesta região dando ênfase para a Revolta de 1957, material este que nos foi útil. No ano de 2007, ainda vários eventos foram organizados para relembrar o levante dos agricultores e dos seus aliados, que se armaram para defender suas famílias e propriedades.

Entendemos que estes monumentos revelam um teor histórico e cultural, que além das tradições que nele se reportam, há também o presente que o identifica, seja como uma forma de construir a história ou como uma forma de lembrar a história. Como em outros lugares do Brasil e do mundo observou-se a criação de rituais que expressassem as verdades nacionais, inculcando valores, para estabelecer ou simbolizar a coesão social, os monumentos podem servir como exemplo de formas de legitimar instituições ou relações de autoridade, processo que Eric Hobsbawm chama de "invenção da tradição", como foi dito anteriormente.

Quanto aos monumentos de Francisco Beltrão relacionados à questão da terra, centro deste capítulo, exige um estudo sistemático que busca evidenciar peculiaridades envolve análises aprofundadas, olhar para fonte a partir dos conceitos de poder; de consciência coletiva e as representações e valores implícitos na construção dos monumentos selecionados, nos respectivos contextos históricos.

Os monumentos que analisaremos estão assim organizados quanto ao momento de sua edificação: em primeiro lugar o Obelisco de 1969; em seguida o monumento ao GETSOP de 1972 e, por último, o monumento lembrando o cinquentenário da *Revolta dos Posseiros* erigido em 2007.

As características dos conflitos e da disputa pela terra no Paraná se consolidaram devido, entre outros fatores, à dimensão espacial muito ampla. A partir dessa espacialização pode-se compreender o dinamismo social e como o espaço agrário paranaense está organizado.

Assim tendo como tema comum, a conjuntura da posse da terra, os três monumentos a serem estudados: o Obelisco da Praça Suplicy; o Monumento ao GETSOP e o Monumento do Cinquentenário da Revolta dos Posseiros representam uma unidade.

Para tanto, entende-se que estes monumentos revelam um sentido histórico e cultural, que além das tradições que neles se reportam há também o presente que o identifica, seja como uma forma de construir a história ou como uma forma de lembrar a história. "Não há lugar nem tempo investigado pelos historiadores onde não haja ocorrido a invenção das tradições"⁹⁷. Ainda segundo Hobsbawn, não se pode dizer com certeza o período de surgimento do fenômeno da invenção das tradições, mas entre um período que compreende uns 40 anos antes da Primeira Guerra Mundial já havia preocupação dos estados europeus em construir sua identidade nacional.⁹⁸

Como em outros lugares do Brasil e do mundo, observou-se a criação de rituais que expressassem as verdades nacionais, inculcando valores, para estabelecer ou simbolizar a coesão social. Os monumentos podem servir como exemplo de

⁹⁷ HOBBSAWM; RANGER, 1997, p.17.

⁹⁸ *Ibid.*, p.271.

formas de legitimar instituições ou relações de autoridade. As invenções foram surgindo por iniciativa de estados, movimentos sociais e políticos organizados.

De forma semelhante como ocorreu na Europa com a construção de tradições, o Brasil também passou por este processo. Nas cidades brasileiras observamos diversos monumentos que procuraram resgatar a memória da população local. Estão, em sua maioria, localizados em regiões estratégicas, próximo a grande trânsito de pessoas, com o objetivo de serem vistos e observados. Muitos desses monumentos são fortes meios de comunicar valores, crenças e afirmar o poder daqueles que os idealizaram. De certa maneira eles têm alcance espacial limitado frente aos meios eletrônicos de comunicação que ocupam gradativamente a vida das pessoas. Ainda assim, essas imagens solidificadas, produzem imagens impregnadas de intenções. No entanto, os monumentos têm um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, caracterizando lugares de valor estético e simbólico. Essas paisagens são parte da espacialidade dos monumentos.

A memória histórica em Francisco Beltrão se manifesta, inclusive, através da construção de monumentos que se referem à história da sua ocupação.

Os três monumentos, analisados neste capítulo, relacionados a essa memória, se localizam na Praça Suplicy, ou no seu entorno. A praça está localizada na região central de Francisco Beltrão, num ponto estratégico da cidade, onde a população circula a pé ou em veículos, portanto, tem uma localização geográfica privilegiada. Seu nome é uma homenagem ao primeiro administrador da CANGO. No passado, foi palco de enfrentamentos entre os posseiros e as companhias, há registros da população enfurecida que derrubou o primeiro obelisco construído como uma forma de protesto e de resposta a insatisfação dos posseiros, contrários a prática das empresas colonizadoras e seus administradores. Certamente em local diferente, mas na mesma praça, foi erguido um novo monumento representando um obelisco, porém desta vez mais atualizado e com uma nova roupagem histórica.

Da mesma maneira que a Praça Suplicy teve sua importância no passado da comunidade de Francisco Beltrão, ou seja, um local de encontro de lideranças pró-posseiros, e que marcou significativamente a identidade da população daquela época, ela continua atualmente cumprindo esse mesmo papel, como aglutinadora de diversas formas de manifestação artística, política e empresarial. Demonstra a importância que ela tem para a população que compartilha deste espaço público nos dias atuais.

3.1 O OBELISCO

O primeiro monumento – o Obelisco - que integra nossa análise foi inaugurado em 1969. O motivo que levou a sua inserção no espaço público central da cidade foi, além de marcar a inauguração da Praça Suplicy, fazer referência aos colonos pioneiros da região. Conforme registra na placa que o identifica, trata-se de lembrar aos colonos pioneiros da região *"que com seu sacrifício, dedicação e patriotismo construíram a grandeza desta região"*.



FOTO 2 - OBELISCO INAUGURADO EM 1969
FONTE: A autora, 13 mar. 2010

O obelisco está situado exatamente no centro da Praça Dr. Eduardo Virmond Suplicy. Em suas laterais estão as ruas Antonio de Paiva Cantelmo e a Avenida Julio Assis Cavalheiro, dois personagens importantes em nossa narrativa. As outras duas ruas que também passam ao lado da praça são a Travessa Frei Deodato e a Rua Tenente Camargo. As duas primeiras ruas citadas são referências claras a pessoas de destaque que estiveram ligadas a *Revolta dos Posseiros*, em 1957.

Em meio as tantas árvores da praça, o obelisco com seus sete metros, acaba sendo ofuscado e passa quase a despercebido para quem transita ao seu lado. Mesmo na imponência do seu tamanho, ao não ter informação do seu significado, os moradores e visitantes não conseguem perceber o seu real sentido, e com isso ele se transforma em apenas mais uma obra. A própria placa indicativa situa-se em uma parte do monumento que dificulta a sua leitura. Ainda que houvesse interesse dos passantes ou visitantes, a placa é econômica nas informações.

Não há referências documentais do primeiro obelisco, derrubado pelos posseiros. Da mesma forma que não foi possível encontrar informações sobre quem teve a ideia de construir os monumentos, de quem foi o projeto, qual o custo final da obra. No entanto, é claro que ele teve representação no passado. Em meio aos enfrentamentos entre jagunços e posseiros, a materialização da supremacia de um grupo, as companhias e os jagunços, sobre o outro, os posseiros-colonos, acabou se manifestando no obelisco. Sua derrubada teve uma simbologia que poderia ser a representação da vitória dos revoltosos.

Naquele momento, o antigo obelisco pode ter sido pensado pela população como símbolo do poder político local. Parece evidente que houve a necessidade de construir um novo discurso, e para ter ressonância ele foi construído em homenagem aos pioneiros na praça central. E são esses pioneiros que passarão a ocupar papel de destaque na história de Francisco Beltrão. Na visão das lideranças em 1969, o discurso a ser assumido era do pioneiro como figura importante a ser homenageada, e não o posseiro ou lutador.

Os monumentos auxiliam as pessoas mudar a visão dos fatos e dos processos históricos. Não devemos nos esquecer que o obelisco homenageia Julio Assis Cavalheiro, que era um migrante vindo do Rio Grande do Sul, além de ser funcionário da CITLA. Esteve em lado oposto, não era pessoa na qual os posseiros, por razão óbvia, confiassem. Antonio de Paiva Cantelmo veio para Francisco Beltrão para trabalhar na CANGO. Esteve ao lado dos posseiros e também fez parte da comissão que foi até o governo federal para tentar resolver o problema com as companhias colonizadoras.

Quanto ao obelisco destruído é um apagamento da memória, não recuperado na sua essência. A construção do novo não marca o sentido do que havia sido o anterior. Contraditoriamente foi erigido um monumento que não simboliza os fatos ocorridos em 1957. Nesse monumento se reforça a ideia de abandonar a memória coletiva. Demorou muito para que o obelisco fosse lembrado novamente. No entanto,

sua construção tem agora outra simbologia, tentando dar outra roupagem a revolta. Tenta, de maneira sutil, deixá-la para trás, e ao seu lugar apresenta novos fatos históricos que teriam contribuído significativamente para a ocupação territorial da região.

O obelisco atual parece retomar o que o passado havia defenestrado. Se antes, não fora possível manter uma imagem que poderia representar e unificar uma localidade em torno de um símbolo, atualmente ele tenta cumprir essa função. A sua forma arquitetônica, lembra o anterior. Parte de uma base única e se abre com três blocos destacados no final de sua altura. Esse fato inspirou posteriormente uma charge da revista paranaense *A Imprensa*, em 1995, onde aparecem em cada bloco as caricaturas de três políticos locais.

Atribui-se as três pontas do bloco a três personagens dos acontecimentos Antonio de Paiva Cantelmo, Deni Schwartz e Euclides Scalco, os quais formaram uma aliança política forte que dominou o cenário político regional durante quase três décadas. Com isso surge uma nova denominação, caricatural, para o obelisco colocado na Praça Suplicy. Numa solenidade, quando o povo questionava o significado das três pontas, Idar Guancino, com espírito humorístico, explicou ao povo que aquilo era uma CANDESCA, monumento para homenagear os líderes políticos, tendo o CAM de Cantelmo, DE de Deni, e SCA de Scalco. O povo acreditou e a partir disso o monumento passou a ser chamado de Candesca.

Essa charge traduz bem o sentimento da população em relação aos envolvidos na revolta. Aqueles que no período do conflito estiveram de uma forma ou outra, ao lado dos posseiros, ocuparam mais a frente cargos públicos, tanto no legislativo quando no executivo municipal, além de serem eleitos deputados estaduais. Não por coincidência muitos dos envolvidos diretamente nos eventos da revolta foram lembrados através de nomes de ruas, nenhum posseiro.



FIGURA 1 - CHARGE REFERENTE AO OBELISCO 1969
 FONTE: Revista A Imprensa -1995 (Autor desconhecido)

A obra arquitetônica, representada na foto 2, página 76, nem de longe lembra a saga dos primeiros colonos, que desbravaram a região, e que deram origem a diversas cidades no sudoeste do Paraná. A intencionalidade aparece em uma placa fixada em sua estrutura onde diz que homenageia os colonos pioneiros das terras do sudoeste.

Praça Eduardo Virmond Syplicy

Construída na administração Cantelmo e inaugurada em 31 de janeiro de 1969. E para conhecimento da posteridade grava-se nesta placa de bronze, metal que simboliza a eternidade que este obelisco foi erigido em homenagem aos colonos pioneiros do sudoeste do Paraná, que com seu sacrifício, dedicação e patriotismo construíram a grandeza dessa região, quando o prefeito municipal, o senhor Antonio de Paiva Cantelmo, vice-prefeito o senhor Miroslau Saiss e vereadores os senhores Agenor de Almeida, Algemiro Luis Liston, Anselmo Salvati, Augustinho Michels, Euclides Girolamo Scalco, Nelson Sanderson, Paulo Schimitz, Olinto Savegnago, Vitorio Pezente.

Apontamos aqui dois destaques: o primeiro diz respeito aos homenageados. No início há uma tentativa de vincular, de alguma forma, o obelisco com trabalhadores do campo. Fica visível a substituição de posseiros por pioneiros, lembrada na placa indicativa do monumento, onde é ressaltado "[...] em homenagem aos colonos pioneiros". Essa desconstrução proposital da memória coletiva tem impacto direto na história da região. Após várias décadas do conflito, é mais tranquilo traduzir que quem

teve papel preponderante na colonização da região foram os colonos "pioneiros", e não os lutadores posseiros.

Do ponto de vista da linguagem, há ideologia nesse novo monumento e em seus dizeres. Não foi por descuido que a placa ressalta "patriotismo". Os colonos não estavam imbuídos de patriotismo quando levantaram, figurativamente, a bandeira contra os opressores das companhias. O monumento reforça, de forma sorrateira, a necessidade de a sociedade seguir as leis e as autoridades constituídas. Uma clara alusão de que o passado de luta empenhado pelos posseiros não pode ser compreendido novamente.

A iniciativa de construir este monumento também chamou a atenção. Em um primeiro momento tem como intenção registrar materialmente a importância daqueles que pioneiramente iniciaram a ocupação de Francisco Beltrão e região. Ao mesmo tempo em que reforça essa ideia, também oculta a existência de qualquer outro personagem que tenha tido papel principal, seja na ocupação do território, seja no desenvolvimento social e econômico. Ainda assim, esperava-se que fosse criado um monumento que de fato representasse estes trabalhadores rurais, caracterizados como pioneiros. Teria que ter uma relação da obra com o objeto a ser homenageado. Mas ao nos aproximarmos com um olhar mais analítico, percebemos que a homenagem destaca os políticos engajados em construir o monumento, e nenhum colono ou posseiro.

Ao eternizar o nome dos políticos responsáveis pela viabilização da obra, dando um efeito de sentido que não se refere à pretensão inicial que era a homenagem aos colonos pioneiros. Como fora dito anteriormente, o prefeito idealizador do obelisco é lembrado atualmente através da avenida que passa ao lado da praça. Das sessenta e três palavras, somente oito fazem referência aos homenageados. Colonos, pioneiros ou posseiros não são lembrados, nem mesmo a forma como a região foi ocupada. Para a história e a memória da população, fica em destaque o nome do prefeito e vice e dos referidos vereadores. Há uma inversão de importância, de destaque, outro sentido sendo atribuído.

O texto também não traz a necessária clareza para quem observa. Este símbolo acaba sendo a representação confusa e apagada dos que foram precursores da ocupação do sudoeste, ou seja, um texto desprovido de sentido histórico. A busca de recompor e transmitir a história de uma cidade pode ser um caminho para explicar a existência de monumentos no espaço público urbano. Que não apenas representam fatos e contextos históricos, como também estabelecem relações entre os grupos sociais.

3.2 MONUMENTO AO GETSOP

O ano de 1972 foi quando Deni Lineu Schwartz encerrou seu mandato como prefeito do município de Francisco Beltrão. Marcando o trabalho desenvolvido pelo GETSOP, ele inaugurou o monumento em forma de alta placa de concreto que apresenta entre os elementos do seu texto, uma réplica do primeiro título de terra entregue em Francisco Beltrão. Busca estabelecer relação entre a oficialização da posse da terra e o sentimento de tranquilidade e conseqüentemente a prosperidade para a sociedade sudoestina. Sobretudo se lembrarmos que o prefeito teve papel ativo no grupo gestor.

Este segundo monumento da nossa análise, reporta-se ao trabalho realizado pelo órgão específico, de regularização da posse em Francisco Beltrão e região. É denominado monumento ao GETSOP.



FOTO 3 - MONUMENTO AO GETSOP - FACE 01
FONTE: A autora, 17 jul. 2008

No primeiro plano do grande bloco de concreto rústico aparece em alto relevo símbolo daquilo que se pretendia homenagear, perpetuar, o território ocupado e legalizado; uma réplica do primeiro título de terra entregue, uma escola tendo ao seu lado no mastro uma bandeira branca e uma lavoura contendo um trator e uma pequena reserva de araucárias.

Destaca-se o mapa da gleba missões. Este mapa transmite a ideia de unidade no estado, marcado desde o início do século passado, por lutas que disputavam as fronteiras e limites da região. Também transmite a sensação de uma demarcação de terras, com os limites entre os rios Santo Antônio, Iguaçu e Chopim.

No interior do mapa, destaca-se o que parece a réplica de um título de propriedade sendo entregue pelo GETSOP. Este é mais um dado que dota este monumento de um efeito de sentido, voltado à ideia de pacificidade e progresso. Pois logo abaixo o destaque é para a escola, que representava os anseios daquele momento. Pois a escola republicana, pelo menos na intenção, civiliza e poderia apaziguar os conflitos.

Logo abaixo, percebe-se o homem do campo trabalhando com o trator na terra. Simbolicamente é a forma mais concreta de traduzir o desenvolvimento naquela época. Ao lado aparecem as araucárias, árvores símbolo do estado, que já haviam sido bastante dizimadas pelas serrarias, grande atividade econômica da região. Aparece ainda em destaque outro elemento instigante: é uma bela estrada, aparentemente pavimentada e com uma sólida ponte.

Isto parece um forçado efeito de sentido, um discurso progressista e distante da realidade, uma vez que em 1972 as estradas da região eram precárias e lamacentas. Somando-se isto a ausência de pontes e constantes chuvas, tem-se ideia das dificuldades de locomoção e transportes.



FOTO 4 - MONUMENTO AO GETSOP- FACE 2
 FONTE: A autora, 13 mar. 2010

Do lado oposto, foto 4, que fica com a imagem para o interior da Praça Suplicy, é possível ver claramente o homem do campo, sua família e a tão sonhada casa. Ao lado novamente as araucárias, forte símbolo paranaense. Destacam-se nesta imagem, segundo a visão do GETSOP, três caracterizações: uma delas é o simbolismo da casa, a mensagem de prosperidade e tranquilidade como uma forma de acalmar os ânimos frente a qualquer incitação sobre questionamento da ordem vigente. A segunda descrição da imagem que chama a atenção é a homenagem ao GETSOP, órgão de conjugação do governo federal com o estadual. O GETSOP, que era um grupo com o compromisso de tentar regularizar a terra, não deixa de ser um braço do estado, representando os interesses governamentais. O surgimento dele somente foi possível devido ao fato da disputa pela terra, da inoperância do governo em resolver antecipadamente uma disputa entre os posseiros e as companhias, que acabou saindo do controle. Fato esse, diga-se, provocado pelo descaso que em

tempos passados, os próprios políticos dos governos, estadual e federal, tiveram em relação a disputa agrária na região.

Além de ser parte do patrimônio de Francisco Beltrão, este monumento reproduz parte da história e da memória da população. As frases que deveriam fazer menção ao período, ressaltando visivelmente os envolvidos, esclarecendo os fatos como ocorreram, estão comprometidas, dificultando o entendimento e o sentido do objeto em análise.

A terceira e última característica que destacamos é aquilo que não está claro explícito no monumento. Nele observa-se a não citação do movimento de posseiros. Novamente a impressão imputada é a de que foram eles, GETSOP, que chegou à região e ordenadamente legalizaram os lotes. Transmitem a sensação de que não houve nenhuma interferência dos posseiros nessa decisão. De certa maneira foi uma tentativa de desqualificar a participação popular ocorrida na cidade e na região. A própria placa deixa claro na inscrição, afirmando que é "uma regularização" da terra. Portanto passa somente pelos tramites legais e governamentais. Nada é dito sobre o movimento.



FOTO 5 - PLACA INFORMATIVA
FONTE: A autora, 17 jul. 2008

A placa, foto número cinco, foi retirada em julho de 2008. Naquela oportunidade o monumento ao GETSOP ficava dentro de um chafariz, como pode ser visto ao fundo da foto. Segundo as inscrições dela:

Monumento erigido em homenagem ao Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – 'GETSOP' - pelo município de Francisco Beltrão. Inaugurado em 14 de dezembro de 1977.

Portanto temos uma obra que homenageia um órgão estatal, cerca de vinte anos depois de a revolta ter ocorrido. Tanto o chafariz quanto a placa indicativa não estão mais presentes no monumento citado. Numa tentativa de reformar a obra, a placa foi considerada desnecessária. É uma clara homenagem somente ao GETSOP, é possível afirmar que o monumento não foi feito para homenagear os posseiros.

3.3 REVOLTA DOS POSSEIROS: 50 ANOS

O último monumento aqui analisado é o da Revolta dos Posseiros, inaugurado em 1.º de dezembro de 2007, em mais um dos eventos que fizeram parte do *Projeto Comemorativo*. Esse projeto teve como objetivo resgatar e reavivar os acontecimentos históricos do sudoeste do Paraná, que está presente na "memória viva", segundo a diretora do Departamento de Cultura municipal.

Este monumento foi construído para "*celebrar o Cinquentenário da Revolta dos Posseiros*". Em uma de suas faces, parece reviver o momento de ápice do movimento, quando os posseiros de Francisco Beltrão e região foram às ruas para protestar em favor dos títulos de propriedade de suas terras. Cena reproduzida da foto histórica de Osvaldo Jansen para o jornal *Estado do Paraná* de 1957.⁹⁹ A outra face, composta por dois pinheiros, representa a vasta mata de araucárias que cobria o solo desta região.¹⁰⁰

⁹⁹ GOMES, 1987.

¹⁰⁰ Segundo entrevista com o fotógrafo Sr. Osvaldo Lehr, que reside em Francisco Beltrão desde 1957 e Jornal de Beltrão edição especial, "**O tempo da Revolta, lembranças de quem viveu**" de 10 de outubro de 2007, p.25.

Neste monumento podem ser *lidas* as representações que traduzem a importância histórica, tanto pelo texto que apresenta em seu corpo, como pelo local que foi construído estrategicamente. O local marcado é onde os revoltosos se concentraram no ano de 1957, e se localiza em frente a antiga Rádio Colmeia, que transmitia o cotidiano da revolta e a atenção, a importância dos sujeitos envolvidos. O painel mede 7,83 metros de altura e pesa, aproximadamente, cinco mil quilos. Confeccionados, numa das faces, mosaico em pastilhas de vidro de 2x2cm, nas duas faces totalizando 32,40m² de pastilha sobre a placa de concreto armado, com base de 1,50m x 1,30m x 0,45m com revestimento em granito preto polido.¹⁰¹ O monumento foi a IX atividade da programação em comemoração ao cinquentenário do levante dos posseiros, desenvolvidas de outubro de 2006 a dezembro de 2007. O evento movimentou segmentos artísticos e culturais da região, gerando atividades como palestras, escolha da logomarca cinquentenário da revolta; concurso de literatura; peças teatrais; produção de vídeo de depoimentos, entrevistas de pioneiros beltronenses que participaram ou presenciaram o levante de 1957 e exposição fotográfica no calçadão central da cidade.



FOTO 6 - MONUMENTO "REVOLTA DOS POSSEIROS - 50 ANOS"
FONTE: A autora, 20 jul. 2010

¹⁰¹ PROJETO comemorativo ao Cinquentenário da Revolta dos Posseiros de Francisco Beltrão. Ata n.1 da abertura das comemorações do cinquentenário da Revolta de 1957. Departamento de Cultura da Municipal, 2006.

Em relação a essa história de sucessos, observamos que a Revolta dos Posseiros, tanto na época em que ocorreu como hoje, é tratada a partir de diferentes versões, de acordo com os interesses sociopolíticos de cada sujeito ou grupo envolvido no conflito. O fenômeno ocorrido no sudoeste do Paraná contribuiu para consolidar grupos políticos da cidade de forma bem distinta. Conforme o interesse de cada grupo, o movimento foi lembrado com características peculiares. É a construção/invenção de uma tradição.

Há o aproveitamento de um momento comemorativo para tentar fazer uma autopromoção. Segundo essa ideia, os posseiros lutaram pela "legalização" das terras. Um fato aparentemente contraditório se levarmos em consideração que em momento algum há referência de que os posseiros estavam discutindo dentro da esfera jurídica a questão legal da posse da terra. O que havia com muita evidencia era um descaso dos órgãos governamentais do estado e da união, além de uma pressão das companhias colonizadoras que tentavam de todas as formas expulsar os primeiros colonos.

A obra construída no entroncamento entre duas vias de significativa circulação de pessoas tenta restaurar no imaginário da população a saga vivida pelos posseiros na década de 1950. Foi estratégica a escolha do local de construção do referido monumento. Está localizado no coração da cidade, numa área onde é possível encontrar reunidos o poder religioso, a praça central, o local de diversos eventos populares e o centro financeiro do município. A intenção em escolher um local adequado para o monumento busca garantir que o símbolo fique presente na vida cotidiana dos moradores.

Em 1957 os jornais que narraram os acontecimentos apresentavam sua versão de forma a criticar ou de defender o governo estadual. Os jornais de oposição – O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, tendiam a ver os posseiros como vítimas da ação do governador Lupion e das companhias colonizadoras, enquanto os da situação - Gazeta do Povo e O Dia defendiam o governador, a ação das empresas e apontavam os posseiros como marionetes da oposição. Os jornais que apoiavam o estado procuraram garantir a consolidar do controle ideológico sobre a população, algumas vezes de maneira velada em outras mais abertamente.

Em contrapartida, os periódicos oposicionistas tentaram destituir moralmente a figura legal do governo, caracterizando os posseiros como figuras abandonadas do poder público.¹⁰²

Outra representação bastante viva no monumento é do grupo de trabalhadores rurais empunhando a bandeira do Brasil. Ao chão percebe-se os papéis extraviados, fruto do conflito que teve em seu ápice, a destruição dos escritórios da companhia. É justamente neste símbolo que se busca evidenciar a revolta dos posseiros, cidadãos brasileiros que portam a bandeira, carregam também consigo uma reivindicação concreta: a legalização de posse de suas terras. Resignificam as companhias, caracterizadas na documentação jogada ao solo, e a bandeira brasileira na representação do governo, ausente e omissa neste confronto. Tivesse ele, o Estado e a União tomadas as providências cabíveis, possivelmente o enfrentamento poderia ter tomado outro caminho.

Quanto à foto, mostrada anteriormente, ela é um significativo objeto de estudo importante neste momento, já que são formas de 'conhecer' os monumentos supracitados. Cabe destacar que a interpretação do objeto de estudo requer um trabalho de reflexão entre as fontes e as hipóteses, permitindo assim estabelecer as questões que quer que sejam respondidas ao serem analisadas. De acordo com as suposições levantadas, deve-se observar no documento/foto aquilo que não está claramente revelado, priorizando as informações. Também devem ser analisadas as pistas contidas nas entrelinhas, que estão sutis na imagem, sem perder a perspectiva do contexto histórico e do momento cultural responsável, em parte, pela forma e pelo conteúdo assumido pelo documento.

Para tanto, sugere-se possíveis leituras que uma foto pode proporcionar, podendo com isso, encarar a fotografia como um documento rico em informações e significados, que nos coloca direto com um momento, um personagem e uma época. Revela-nos também, por meio de uma leitura minuciosa, dados relevantes, que muitas vezes não são percebidos facilmente. Burke tenta mostrar ao historiador a

¹⁰² AMÂNCIO, 2009, p.25.

importância das imagens como fontes históricas.¹⁰³ Busca, informar as armadilhas que as imagens podem oferecer a quem as analisa.

A partir desta análise compreendemos a intencionalidade explícita nos monumentos, como nos interessam entender as relações de poder entre os representantes de grupos políticos que os construíram, os sujeitos para quem foi construído e a memória coletiva que se impõe.

É a luta pela terra e o aparentemente desfecho vitorioso dos agricultores e comerciantes que está impregnando e constituindo a memória que se quer perpetuar no primeiro monumento analisado, Monumento do Cinquentenário da Revolta.



FOTO 7 - PLACA QUE COMPÕE A BASE DO MONUMENTO
 FONTE: A autora, 17 jul. 2008

A placa retrata uma parte dessa história. Este retrato de memória se evidencia na citação: "Resgatar o passado de lutas para valorizar a liberdade presente", remonta o período de décadas passadas. Faz uma alusão à organização espontânea dos posseiros que lutaram contra as companhias, com a intenção de garantir seus direitos. Ainda há outro reforço ao movimento: "O levante de um povo/ que há cinquenta anos conquistou o sudoeste". Aqui podemos analisar dois aspectos. A primeira parte que retrata o levante em 1957, resgate de algo muito presente. A segunda parte já contraditória, porque afirma que foi a partir de 1957 que houve ocupação de pessoas. Isso não procede, porque a própria existência de posseiros, anterior a

¹⁰³ BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução de: Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004. p.17-18.

revolta, esclarece que já havia pessoas morando pela região, dedicando-se de modo geral, à agricultura.

Por fim, ainda nesta placa, observamos que o monumento é uma homenagem aos posseiros que "lutaram pela legalização" das terras. Ora, isso pode ser uma ação que tem duplo sentido. Alguém que figurativamente luta por algo pode ser subentendido que usou somente os meios legais e, ao final, saiu com a decisão a seu favor, portanto, vitorioso. E como já foi dito anteriormente, a Revolta dos Posseiros foi uma luta que permeou o enfrentamento físico entre posseiros e jagunços, com baixas em ambos os lados, e que ao final resultou na legalização das terras.

Embora o prefeito Vilmar Cordasso tenha tido a iniciativa pela obra, ela demonstra certo descuido com a memória histórica da comunidade dando uma nova roupagem a homenagem. Acaba incorporando outras referências simbólicas ofuscando a memória e objetivos da luta pela terra.



FOTO 8 - MONUMENTO "REVOLTA DOS POSSEIROS – 50 ANOS".
FACE 02

FONTE: A autora, 17 jul. 2008

Do outro lado do monumento, que fica em direção contrária à praça, temos homenagens às *coisas* do Paraná, como o pinheiro. É um resgate à simbologia do pinheiro, e de certa forma, abandona a memória coletiva da comunidade, esquecendo a luta pela terra. Isso pode ser explicado pelo fato de que a autoridade não gostaria de exaltar o que houve em 1957. Cinquenta anos depois do que ocorreu fica mais fácil e tranquilo se distanciarem dos fatos históricos e apontar uma pálida versão do que ocorreu.

Embora seja uma árvore presente na vegetação da região, o fato dela estar sendo lembrada nesse monumento que assumiu certa importância, descaracteriza o objetivo central da homenagem. Da mesma maneira de que do outro lado e na placa as lembranças ao movimento são moderadas. As autoridades parecem demonstrar muita preocupação com a capacidade popular de organização e questionamento da ordem vigente, a ponto de minimizar suas memórias.

CONCLUSÃO

Muitos monumentos da cidade estão relacionados verbalmente e diretamente à história da ocupação e a conflitos gerados a partir da necessidade de posse da terra, sendo ela valorizada como um bem necessário para a sobrevivência da população local.

Esta ocupação foi iniciada antes de 1940, com economia cabocla, e a utilização extensiva da terra. Os produtos obtidos a partir desta ocupação eram basicamente erva-mate; madeira e criação de suínos. Num segundo momento, houve a inserção de uma população migrante, que havia se deslocado de várias regiões do Brasil, sobretudo do Rio Grande do Sul, dessa vez, ocupação mais intensa e definitiva.

A Guerra do Contestado em 1912-16, e posteriormente a Revolta dos Posseiros (1957) forjaram o impulso e a determinação necessária, predominantemente, ao homem do campo de diferentes regiões, que se estabeleceu no sudoeste. Superada estas duas fases emblemáticas para a população local, a região empreendeu seu desenvolvimento, culminando com o deslocamento cada vez mais intenso de pessoas que procuravam se estabelecer nesta região.

Se a discussão em torno do Contestado se deu nos patamares diplomáticos, sendo o governo federal o principal envolvido, o enfrentamento entre posseiros e companhias colonizadoras enredou a própria população. O conluio do governo local e estadual aflorou os ânimos dos posseiros, que viram na reação organizada autonomamente a forma de acabar com o sofrimento e a pressão, impostos por empresas colonizadoras.

É, portanto, a partir da disputa pela posse da terra no sudoeste do Paraná, que a população irá começar a construir lentamente, uma identidade para a região. Identidade essa que ainda está sendo construída, como uma "colcha de retalhos", que aos poucos começa a ter uma forma, delinear-se.

A partir dos conflitos dos posseiros com os jagunços contratados pelas companhias, que resultou em violência de ambos os lados, com a intervenção federal, o movimento protagonizado por estes trabalhadores surtiu efeito. Essa luta do campo foi vitoriosa e culminou na posse legalizada e documentada da terra nas mãos dos posseiros.

Embora tenha sido um movimento protagonizado por posseiros que já viviam na região sudoeste antes da chegada das companhias colonizadoras, e que foram

eles a quem coube garantir a posse da terra, os primeiros monumentos que surgiram fizeram alusão a indivíduos separados do coletivo e a órgãos públicos, como é o caso do GETSOP.

Francisco Beltrão foi uma das tantas cidades brasileiras que recebeu caravanas de migrantes oriundos de outros estados, através de uma política de colonização das terras mais longínquas, fronteiriças e desprotegidas, proporcionada pelo governo do então presidente Getúlio Vargas. Uma das maneiras para manter a memória desta ocupação, mesmo que ela seja fragmentada, e até mesmo recriada, foi a construção de monumentos. Sendo assim, não é possível interpretar os monumentos localizados na praça central, Dr. Eduardo Virmond Suplicy, sem antes dedicar um olhar ao passado histórico dessa população. Tendo como tema comum a ocupação da terra, os três monumentos aqui estudados, o Obelisco, o Monumento ao GETSOP e o Monumento do Cinquentenário da Revolta dos Posseiros, que se localizam em torno da Praça Eduardo Virmond Suplicy, remetem dialogicamente à avaliação da importância de marcos históricos significativos.

Essa memória coletiva construída em nome de um passado, possivelmente aceita por todos, tem suas ressalvas. Ela representa o sentimento daquele grupo social que a construiu, seja para exaltar seus feitos, como também para apagar da memória algo que não queira mais que seja lembrado.

Talvez o caso mais peculiar disso seja o primeiro monumento que integra esse trabalho, o Obelisco de 1969. Possivelmente quem o construiu tinha seus motivos. Além de marcar a inauguração da praça Dr. Eduardo Virmond Suplicy, também dava mérito aos colonos pioneiros da região. No próprio monumento, em uma placa de bronze, há esses registros: "*[...] que com seu sacrifício, dedicação e patriotismo construíram a grandeza desta região [...]*".

Este obelisco está situado exatamente no centro da praça Dr. Eduardo Virmond Suplicy. A praça por sua vez está localizada na parte central da cidade. Em suas laterais estão ruas que homenageiam personagens que, de forma mais ou menos efetiva, participaram do levante. São eles a rua Antonio de Paiva Cantelmo e a avenida Julio Assis Cavalheiro. Travessa Frei Deodato, um religioso que viveu nesta região ainda na época de Vila Marrecas.

Na parte central da praça, escondido em meio as árvores, o Obelisco acaba sendo ofuscado aos olhos da população. Mesmo com sete metros, algo que já permitiria destaque, não é lembrado pela população que utiliza a praça como trajeto

de caminho. Por não haver clareza no seu sentido, sua significância fica reduzida e, tanto moradores, quanto visitantes, não entendem o sentido de sua presença. Embora os monumentos ajudem as pessoas a construir uma visão da sua própria história, muitas vezes eles não marcam o sentido do que deveria de fato ser.

Além de ser parte do patrimônio de Francisco Beltrão, estes monumentos reproduzem parte da história e da memória da população. As frases que deveriam fazer menção ao período, ressaltando visivelmente os envolvidos, estão comprometidas, dificultando o entendimento e o sentido do objeto em análise.

Mesmo que houvesse uma preocupação histórica através da simbologia do local, do terceiro monumento, pois foi onde os revoltosos se concentraram no ano de 1957, e em frente à antiga Rádio Colmeia, que transmitia o cotidiano da revolta e a atenção, a importância dos sujeitos envolvidos fica sem muita profundidade.

Em relação à história da *Revolta dos Posseiros*, tanto na época em que ocorreu como hoje, é tratada a partir de diferentes versões, de acordo com os interesses sociopolíticos de cada grupo envolvido no conflito. Conforme o interesse de cada grupo, o movimento popular tomou características peculiares. Usam uma estratégia de mudar um pouco a versão dos fatos, de maneira muito sutil e até mesmo imperceptível aos olhos da população despercebida. Os posseiros teriam lutado pela "legalização" das terras. Um fato contraditório se levarmos em consideração que em momento algum há referência de que os posseiros estavam discutindo dentro da esfera jurídica a questão legal da posse da terra. O que havia com muita evidência, era um descaso dos órgãos governamentais do estado e da união, além de uma pressão das companhias colonizadoras que tentavam de todas as formas expulsar os primeiros colonos. Há um permanente esforço de dar uma nova ressignificação às companhias.

A luta pela terra e o aparentemente desfecho vitorioso dos agricultores e comerciantes está impregnando e constituindo a memória que se quer perpetuar, memória da revolta dos posseiros e da ocupação e desenvolvimento de Francisco Beltrão. O terceiro monumento analisado, Monumento do Cinquentenário da Revolta evidencia isto. A placa retrata pelo menos metade dessa história. Ao mesmo tempo em que cita "*Resgatar o passado de lutas para valorizar a liberdade presente*", remonta o período de décadas passadas e faz uma alusão, rápida, a organização espontânea dos posseiros que lutaram com a intenção de garantir seus direitos.

Ao mesmo tempo em que se busca ressignificar um fato ocorrido no passado. Não se pode ocultá-lo, posto que o mesmo é quase um mito na região. Mito que ressurgiu em várias versões, quase sempre revestida de heroísmo, enriquecendo os imaginários e multiplicando interpretações.

Finalmente destacamos que, as interpretações historiográficas e sociológicas que analisamos alimentam a ideia de um passado heróico na região. Seja pelo engrandecimento dos migrantes e imigrantes¹⁰⁴ ou então transformando os revoltosos do sudoeste em bravos revolucionários.¹⁰⁵ Não se tem aqui a pretensão de fazer emergir um passado heróico.

O que foi buscado nessa pesquisa, e este ineditismo por si só a justificou, foi verificar como esse passado está lembrado, representado. De certa forma perpetuando-se, em alguns monumentos no espaço público de Francisco Beltrão.

¹⁰⁴ WACHOWICZ, 1985.

¹⁰⁵ LAZIER, 1982.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Sílvia Maria. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná em suas variadas versões.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista à Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman.** Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONAMIGO, Carlos Antonio; SCHNEIDER, Cláides **Revisitando a história: a revolta dos posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná.** Francisco Beltrão: Grafisul, 2007.

_____. (Org.). **História: conhecimento e prática social.** Francisco Beltrão: Grafisul, 2008.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança dos velhos.** 3 ed. São Paulo: Cia das letras, 1994.

BRASIL. Decreto n.º 3551, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. **DOU**, Brasília, DF, 07 ago. 2000.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. Pierre Nora: da história do presente aos lugares de memória. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, v.13, n.24, jul./dez. 1996.

BURILLE, Celma Faria de Souza. **Nas tramas da separação: o caso do estado do Iguazu nas décadas de 1960 e 1990.** 122f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** Tradução de: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **Testemunha ocular: história e imagem.** Tradução de: Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural.** São Paulo: Aleph, 2002.

CANNADINE, David. Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e a 'invenção da tradição'. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CHARTIER, Roger. Textos, símbolos e o espírito francês. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v.13, n.24, jul./dez. 1996.

_____. **O mundo como representação.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2008.

COLNAGHI, Maria Cristina. **Colonos e poder: a luta pela terra no sudoeste do Paraná.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1984.

CUNHA, Claudia dos Reis e. **Françoise Choay Alois Riegl e o culto moderno dos monumentos.** Resenha. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha141.asp>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

DALFRÉ, Liz Andréa Dalfré. **Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do Contestado.** 132f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

DAMBROS, Vanderlei (Org.). **1957- 1997, a revolta dos colonos: de olho no passado e pés no futuro - 40 anos.** Francisco Beltrão: Grafit, 1997.

DICIONÁRIO AURÉLIO. 2005. Disponível em: <www.dicionarioaurelio.com>. Acesso em: 09 fev. 2010.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação.** Bauru: EDUSC, 2002.

FABRIS, Annateresa. **Fragmentos urbanos: representações culturais.** São Paulo: Studio Nobel, 2000. (Coleção Cidade Aberta). Disponível em: <<http://books.google.com.br>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia e patrimônio.** Erechim: Habilis, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PINSKI, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2007.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. 2.ed. Curitiba: Criar, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Rebeldes primitivos**: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JOANILHO, André Luiz. **Revoltas e rebeliões**. São Paulo: Contexto, 1989.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais de tombamento e a escrita da história**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

KRÜGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná**: história de bravura, trabalho e fé. Curitiba: POSIGRAF, 2004.

LAZIER, Hermógenes. **Francisco Beltrão**: 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso. Curitiba: Dany Gráfica, 1982.

_____. **Análise da posse de terra no sudoeste paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

_____. **Análise da posse da terra no sudoeste paranaense**. 3.ed. Francisco Beltrão: Grafit, 1998.

_____. **Paraná**: terra de todas as gentes e de muita história. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

_____. **Sudoeste do Paraná**: região jovem, mas rica de acontecimentos. 2.ed. Francisco Beltrão: Assesoar, s/d. (Coleção Cadernos do Paraná n.º 1).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MACHADO, Neli Terezinha Galarce; LOPES, Sergio Nunes; WOLF, Sidnei. **Estudo sobre o patrimônio histórico na região do Vale do Taquari**: um estudo de caso no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.historyhistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=65008>>. Acesso em: 31 out. 2008.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre jagunços e posseiros**. Curitiba, 1986.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PAVAN, Salette Navarini. **A atuação do GETSOP no Sudoeste do Paraná entre 1962 a 1974**. UNIPAR, 2005.

PEDRON, Flávio; PEGORARO, Ivo. **Legislativo beltronense**: 50 anos de história. Jornal de Beltrão, 2002.

PELEGRINI, Sandra C. A. A arte e o patrimônio latino-americano no ensino e na pesquisa histórica. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHRLAC, 6., 2006, Campinas. **Anais...**, Campinas, 2006.

PELLEGRINO, Carlos Tranqüilo. **Patrimônio cultural urbano**: de quem? para o quê? Disponível em: <www.naya.org.ar/congresso.2002>. Acesso em: 09 nov. 2008.

PINHEIRO, Magda. **Revoluções liberais**: memória e construção do nacionalismo em Portugal. Disponível em: <<http://iscte.academia.edu>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

POLI, Jaci. **Da posse para a propriedade da terra no sudoeste do Paraná (1662-1973)**. 186f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2008.

RODRIGUES, Cristiane Moreira. **Cidade, monumentalidade e poder**. Disponível em: <www.uff.br/geographia>. Acesso em: 04 jan. 2010.

SCORTEGAGNA, Adalberto *et al.* **Paraná espaço e memória: diversos olhares histórico-geográfico**. Curitiba: Bagozzi, 2005.

SCHWARTZ, Deni. Entrevista concedida em outubro de 2005. In: PAVAN, Salette Navarini. **A atuação do GETSOP no Sudoeste do Paraná entre 1962 a 1974**. UNIPAR, 2005.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção Histórica do Paraná).

VANINI, Ismael Antônio; GELLER, Odair Eduardo (Org.). **História: tempos e espaços de criação**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2009.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

_____. **História do Paraná**. 9.ed. Curitiba. Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

FONTES CONSULTADAS

A REVOLTA DOS POSSEIROS. **Revista Gente do Sul**, ano IV, n.41, out. 1997. Editora Jornal de Beltrão.

FRANCISCO BELTRÃO-PR. Revolta dos posseiros: cinqüentenário 1957-2007: a ocupação das terras do sudoeste do Paraná. **Caderno Cultural**, Francisco Beltrão, ano I, n.1, 2006. (Projeto Memória)

_____. Revolta dos posseiros: cinqüentenário 1957/2007. Exposição fotográfica. **Caderno Cultural**, Francisco Beltrão, ano II, n.5, 2007. (Projeto Memória)

_____. Cristo Redentor: 15 anos. Resgate Histórico - 1992-2007. **Caderno Cultural**, Francisco Beltrão, ano III, n.3, 2007. (Projeto Memória)

_____. **Museu da colonização**. Resgate Histórico. **Caderno Cultural**, Francisco Beltrão, ano III, n.6, 2008. (Projeto Memória)

_____. Equipamentos culturais. Resgate Histórico. **Caderno Cultural**, Francisco Beltrão, ano III, n.5, 2008. (Projeto Memória)

_____. Julio Assis Cavalheiro 1910-2010. **Caderno Cultural**, Francisco Beltrão, ano V, n.9, 2010. (Projeto Memória).

GUIA TURÍSTICO: Sudoeste do Paraná, 2008. Pato Branco.

JORNAL DE BELTRÃO. 10 mar. 2007.

JORNAL DE BELTRÃO. **O tempo da revolta**, 10 out. 2007, Suplemento Especial em comemoração aos 50 anos da Revolta dos Posseiros.

JORNAL DE BELTRÃO. Edição de 28 de março de 2009, p.8^a.

JORNAL DIÁRIO DO SUDOESTE. **Raízes do sudoeste**, Pato Branco, dezembro de 2008, edição especial.

JORNAL FOLHA DO SUDOESTE. 14 de dezembro de 2007.

JORNAL OPINIÃO. 06 de agosto de 2005.

JORNAL OPINIÃO. 30 de outubro de 2007.

LAZIER, Hermógenes. 1957: revolta de posseiros, não de colonos. **Jornal de Beltrão**, 18 maio 2007. (artigo 1)

LOPES, Guiomar Jesus. **Cidade de Francisco Beltrão: preparada para o futuro. Gestão 1997/2000**. Francisco Beltrão: Grafit, 2000.

NÚCLEO COLONIAL "GENERAL OSÓRIO". **Relatório Ano 1956**, ofício n.º 19/57. Francisco Beltrão, jan. 1967.

O SUDOESTE. Semanal, 2 a 7 de Maio de 2009 (primeira página), registra monumento da Revolta de 1957, durante uma passeata promovida em prol da erradicação do analfabetismo no Paraná.

FRANCISCO BELTRÃO. **7.º Concurso Francisco Beltrão de Literatura 2009**. Panfleto com ficha de inscrição, 2009.

PROJETO ARQUITETÔNICO do monumento de 2007 e Registros do Departamento de Cultura da programação envolvendo o monumento da Revolta de 1957.

PROJETO comemorativo ao Cinquentenário da Revolta dos Posseiros de Francisco Beltrão. Ata n.1 da abertura das comemorações do cinquentenário da Revolta de 1957. Departamento de Cultura da Municipal, 2006.

REVISTA “A IMPRENSA”. **Charge do Obelisco**, 1995. (Periódico regional.)

SCHWARTZ, Deni Lineu. **Relatório da administração: gestão 1969-1973**. Francisco Beltrão, 1973.

SEED. **Representações, memórias, identidades**. Caderno Pedagógico de História do Paraná. Curitiba: SEED, 2008.

SITES CONSULTADOS

<http://www.paginadogaicho.com.br/hist/cm.htm>

<http://www.muitamusica.com.br/3264-barbosa-lessa/129801-quero-mana/letra/>

www.franciscobeltrao.pr.gov.br/omunicipio/historia/

www.franciscobeltrao.pr.gov.br/omunicipio/historia/

ANEXOS

ANEXO 1 - FOTOS



FOTO A.1.1 - CUIA DE CHIMARRÃO GIGANTE



FOTO A..12 - MONUMENTO À BÍBLIA



FOTO A.1.3 - MARCO DO 3.º ENCONTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR E SEGUNDO ENCONTRO DA JUVENTUDE RURAL



FOTO A.1.4 - PEDRA HOMENAGEM À MAÇONARIA



FOTO A.1.5 - O MONUMENTO AO PIONEIRO



FOTO A.1.6 - MONUMENTOS SÍMBOLOS DOS CLUBES DE SERVIÇO - LIONS E ROTARY



FOTO A.1.7 - MONUMENTO DO ROTARY EM HOMENAGEM AOS PROMOTORES E COLABORADORES DA I FESTA NACIONAL DO FEIJÃO (FENAFE) E I EXPOSIÇÃO REGIONAL AGROPECUÁRIA



FOTO A.1.8 - PORTAL ITALIANO



FOTO A.1.9 - CRISTO REDENTOR



FOTO A.1.10 - MONUMENTO DO MORRO DO CALVÁRIO



FOTO A.1.11 - A ESTÁTUA DO FREI DEODATO



FOTO A.1.12 - MUSEU DA COLONIZAÇÃO



FOTO A.1.13 - PLACA DA CÂMARA JUNIOR



FOTO A.1.14 - PLACA DA PRAÇA DA AMIZADE



FOTO A.1.15 - MONUMENTO DO LIONS

ANEXO 2 - PRAÇA DR. EDUARDO VIRMOND SUPLICY



FOTO A.2.1 - PRAÇA DR. EDUARDO VIRMOND SUPLICY - 1970
FONTE: A autora, 2010



FOTO A.2.2 - PRAÇA DR. EDUARDO VIRMOND SUPLICY - 2009
FONTE: Ivo Pegoraro, nov. 2009